

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação



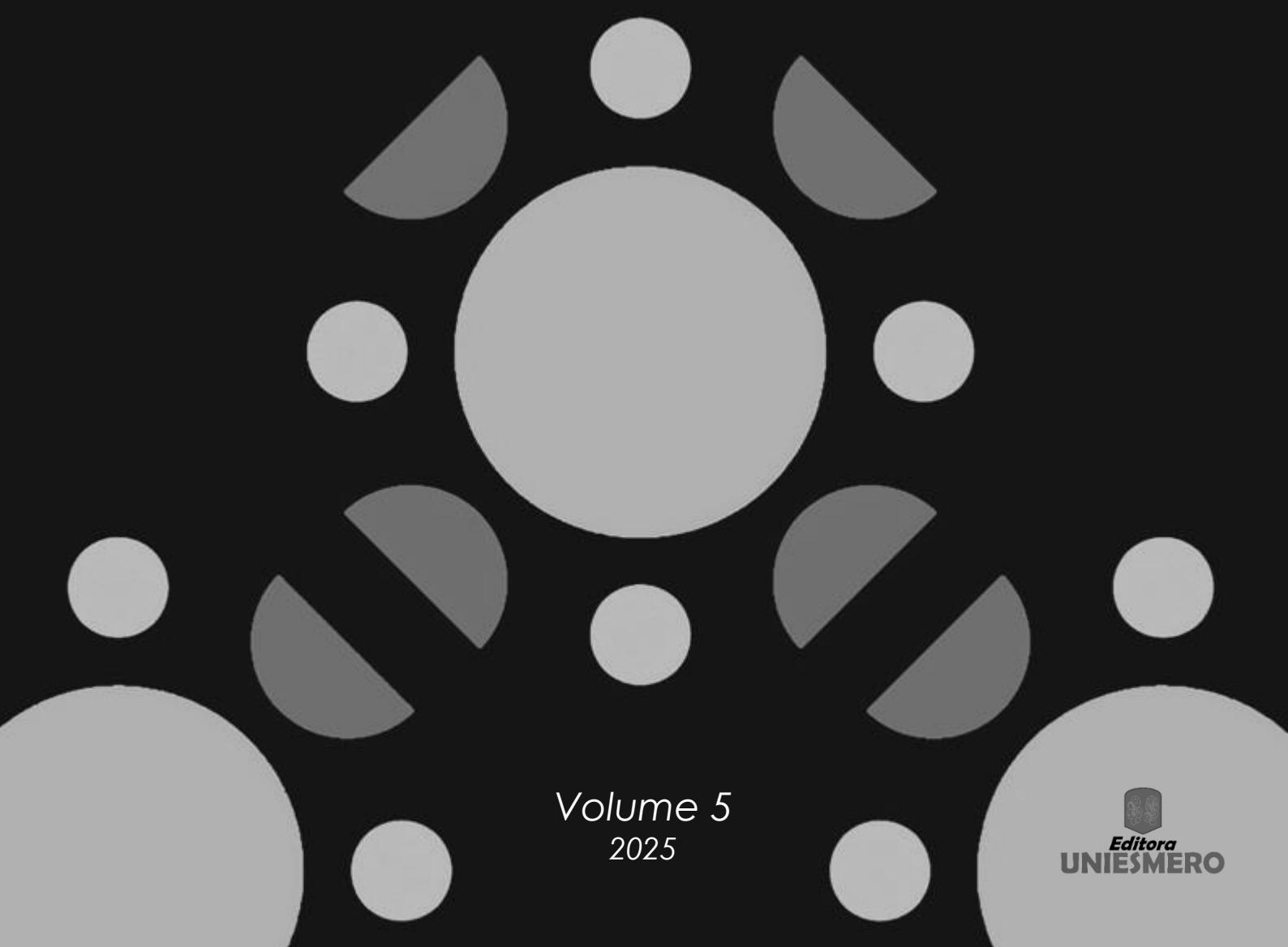
Volume 5  
2025

Editora  
**UNIESMERO**

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação



Volume 5  
2025

Editora  
**UNIESMERO**

## **2025 - Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

### **Organizadora**

Raphaella Freitas Petkovic

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarneri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P491q Petkovic, Raphaella Freitas  
Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação - Volume 5 / Raphaella Freitas Petkovic (organizadora). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2025. 76 p. : il.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5492-123-7  
DOI: 10.5281/zenodo.15361213

1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4. Ideologia de gênero. I. Petkovic, Raphaella Freitas. II. Título.

CDD: 305.8  
CDU: 305

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)  
[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.uniesmero.com.br/2025/05/quebrando-barreiras-genero-identidade-e.html>



**AUTORES**

**Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo  
Camila dos Santos Cunha  
Eldon Henrique Mühl  
George de Moraes De Luiz  
Hávila Francisca Ferreira da Costa  
Iolete Martins Maia  
Joyce Luciane Correia Muzi  
Marisete Tramontina Beltrame  
Robison Raimundo Silva Pereira  
Sara Monteiro da Silva  
Thaya Pereira  
Vanessa Salete Bicigo de Quadros**

## APRESENTAÇÃO

A compreensão da identidade de gênero e suas interseções com a sociedade tornou-se um dos temas mais relevantes e desafiadores do século XXI. Vivemos em um mundo que, historicamente, construiu e consolidou estruturas normativas rígidas, moldando não apenas a maneira como os indivíduos se percebem, mas também as expectativas que a sociedade impõe sobre eles. Essas normas, frequentemente baseadas em concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, estabelecem limites que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal, profissional e social de milhões de pessoas. Em muitos casos, tais fronteiras funcionam como barreiras invisíveis que restringem possibilidades, perpetuam desigualdades e reforçam sistemas excludentes.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam essas imposições, bem como sobre as estratégias necessárias para desconstruí-las. A identidade de gênero é uma construção complexa, que transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino. Influenciada por fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais, a percepção que cada indivíduo tem de si mesmo e a forma como expressa sua identidade são resultado de interações dinâmicas e multifacetadas. No entanto, apesar do avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, ainda há resistência significativa à aceitação de perspectivas que desafiam o status quo. O medo do desconhecido, somado ao apego a tradições enraizadas, muitas vezes resulta em preconceito, discriminação e marginalização daqueles que não se enquadram nos modelos convencionais.

A quebra dessas barreiras não é apenas um exercício intelectual ou um conceito abstrato. Ela se concretiza na vivência cotidiana de incontáveis pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, desafiam normas preestabelecidas e reivindicam seu direito à autenticidade. Esse processo de transformação individual e coletiva exige coragem, resiliência e, acima de tudo, conhecimento. O desconhecimento sobre a diversidade de gênero alimenta estereótipos e perpetua a exclusão, ao passo que a informação e o diálogo são ferramentas poderosas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação se apresenta como um convite à reflexão crítica e à ampliação de horizontes. A proposta desta obra é explorar as múltiplas dimensões da identidade de gênero, abordando suas implicações no âmbito social, profissional, familiar e legislativo. A partir de uma

abordagem interdisciplinar, são analisadas as narrativas que sustentam tanto a discriminação quanto a resistência, os desafios e as conquistas daqueles que ousam romper com os limites impostos, bem como os impactos dessas transformações na sociedade como um todo.

Para além de uma discussão teórica, este livro busca dar voz às experiências individuais e coletivas, oferecendo um panorama amplo sobre a diversidade de gênero e os caminhos para uma convivência mais inclusiva. É fundamental compreender que a aceitação da diversidade não deve ser encarada como uma concessão, mas como um imperativo ético e humanitário. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as lutas por direitos e reconhecimento ganham força e visibilidade, ignorar ou minimizar essa questão não é mais uma opção viável. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, necessariamente, pelo respeito à pluralidade de identidades e pelo combate às desigualdades que historicamente marcaram determinados grupos.

Assim, que esta leitura sirva como um instrumento de aprendizado e transformação. Que cada página desperte questionamentos, incentive o pensamento crítico e, sobretudo, inspire mudanças concretas. Afinal, quebrar barreiras não é apenas um ato de resistência contra as imposições normativas; é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade, a dignidade e a possibilidade de um futuro em que cada indivíduo possa existir plenamente, sem medo, sem repressão, sem limitações impostas por padrões alheios à sua própria essência.

Esperamos que esta obra seja, portanto, um farol para aqueles que buscam compreender e construir um mundo onde a diversidade não seja vista como ameaça, mas como um dos pilares fundamentais da humanidade.

*Boa leitura!*

## SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1</b> <b>VIOLÊNCIA SEXUAL E A PROPENSÃO HUMANA PARA A AGRESSIVIDADE</b> <i>Vanessa Salete Bicigo de Quadros; Marisete Tramontina Beltrame; Eldon Henrique Mühl</i>	<b>09</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 2</b> <b>EDUCAÇÃO E CULTURA: ATRAVESSAMENTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS COM MEDIDA PROTETIVA</b> <i>Camila dos Santos Cunha; George de Moraes De Luiz</i>	<b>18</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 3</b> <b>EXPLORANDO UMA GINÁSTICA RÍTMICA INCLUSIVA PARA TODOS OS GÊNEROS</b> <i>Thaya Pereira; Sara Monteiro da Silva</i>	<b>32</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 4</b> <b>O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR</b> <i>Hávila Francisca Ferreira da Costa; Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo; Robison Raimundo Silva Pereira</i>	<b>44</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 5</b> <b>O MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO</b> <i>Iolete Martins Maia; Joyce Luciane Correia Muzi</i>	<b>58</b>
<hr/>	
<b>AUTORES</b>	<b>74</b>

**Capítulo 1**

**VIOLÊNCIA SEXUAL E A PROPENSÃO HUMANA PARA A  
AGRESSIVIDADE**

*Vanessa Salete Bicigo de Quadros*  
*Marisete Tramontina Beltrame*  
*Eldon Henrique Mühl*

# **VIOLÊNCIA SEXUAL E A PROPENSÃO HUMANA PARA A AGRESSIVIDADE<sup>1\*</sup>**

***Vanessa Salete Bicigo de Quadros***

*Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF/RS,  
vanessa.sbz3@gmail.com;*

***Marisete Tramontina Beltrame***

*Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF/RS, 102571@upf.br;*

***Eldon Henrique Mühl***

*Professor orientador: Doutor em Educação - UPF/RS, eldon@upf.br.*

## **RESUMO**

Considerando a complexidade e perversidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, objetiva-se, através desta escrita, identificar e esclarecer a natureza de tal situação, desde a propensão humana para a agressividade até a atmosfera de controle, força, poder e violência existente na relação estabelecida entre abusador e vítima. Por sua vez, este percurso possibilita a compreensão dos gritos calados de dor, assim como facilita o entendimento de que quando a ajuda não chega, a voz cala, a invisibilidade faz morada, a denúncia não ocorre e, por fim, em muitos casos, o abuso persiste. Trata-se de uma revisão bibliográfica orientada pela postura hermenêutica, que toma como principal referência as obras de Sigmund Freud, em *O mal estar da civilização* (1930/1980), Michel Foucault, em *O sujeito e o poder* (1982/1995) e Claudio Almir Dalbosco, em *A violência humana e papel do ócio estudioso* (2020). Conclui-se que o estudo do abuso sexual em meio à relação poder e violência, esclarece as estratégias de poder, força e violência utilizadas pelo abusador, facilitando assim a compreensão do fenômeno e a prevenção de novos casos.

**Palavras-chave:** Violência sexual, Educação, Relação de poder, Reparação.

---

<sup>1</sup>\* Artigo publicado, anteriormente, em: QUADROS, V. S. B.; BELTRAME, M. T.; MÜHL, E. H. Violência sexual e a propensão humana para a agressividade. In: *Anais do X CONEDU*. 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/114595>. Acesso em: 01 fev. 2025.

## **ABSTRACT**

Considering the complexity and perversity of sexual violence against children and adolescents, the objective, through this writing, is to identify and clarify the nature of such a situation, from the human propensity for aggression to the atmosphere of control, strength, power and violence that exists in relationship established between abuser and victim. In turn, this path makes it possible to understand the silent screams of pain, as well as facilitating the understanding that when help does not arrive, the voice remains silent, invisibility takes over, the complaint does not occur and, finally, in many cases, the abuse persists. This is a bibliographical review guided by a hermeneutic stance, which takes as its main reference the works of Sigmund Freud, in *The Malaise of Civilization* (1930/1980), Michel Foucault, in *The Subject and Power* (1982/1995) and Claudio Almir Dalbosco, in *Human violence and the role of scholarly leisure* (2020). It is concluded that the study of sexual abuse in the midst of the relationship between power and violence clarifies the strategies of power, force and violence used by the abuser, thus facilitating the understanding of the phenomenon and the prevention of new cases.

**Keywords:** Sexual violence, Education, Power relations, Reparations.

## **INTRODUÇÃO**

Este texto propõe-se a identificar e esclarecer a violência sexual contra vulneráveis, propiciando a compreensão da natureza de tal fenômeno desde a propensão humana para a agressividade até a atmosfera de controle, força, poder e violência presente na relação estabelecida entre abusador e vítima. Notoriamente, escrever sobre a violência sexual, sua origem e como ela ocorre, exige a travessia de um extenso percurso, que, nos conduz ao entendimento de que a violência faz parte da condição humana.

A partir disso, emerge a necessidade de conscientizar a população de que a violência sexual não é silenciosa, mas é forçada ao silêncio por uma rede de fatores que tenta tornar invisível a desumanidade do ato. Assim sendo, este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, hermenêutica e interpretativa do problema, que busca compreender os sentidos e significados para as crianças vítimas de tal violência e apontar o papel do educador no enfrentamento de tal situação.

A referência principal é composta de obras de Sigmund Freud, *O mal estar da civilização* (1930/1980), de Michel Foucault, *O sujeito e o poder* (1982/1995) e de Claudio Almir Dalbosco, *A violência humana e papel do ócio estudioso* (2020). Cabe destacar que a conceituação do abuso sexual em meio à relação poder e violência, possibilita o

entendimento sobre como o abusador usa as estratégias de poder para violentar a vítima, utilizando ou não a força física para controlá-la. Atentar-se para os mecanismos utilizados pelo violentador é uma exigência importante para a compreensão do fenômeno, assim como, para prevenção desse ato desumano. Um outro aspecto é a atenção à vítima, tanto no seu acolhimento como na ação reparadora dos educadores. Neste sentido, torna-se indispensável o papel da educação na formação dos indivíduos preparados para o enfrentamento do problema e a reparação de quem sofre tal violência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Identificar e esclarecer a violência sexual, conduz o entendimento de que o ser humano, quando vencido por suas próprias forças destrutivas e animalescas, acaba agindo de forma agressiva e violenta contra seus próprios semelhantes, indiferentemente se eles são membros de sua família ou não. Tal constatação nos faz considerar a importância da análise da propensão humana à agressividade, tomando, como ponto de partida, a obra *A república*, de Platão (1991). Assim, observa-se que o homem é composto por uma alma, devidamente, dividida em três partes: racional - onde se aprende - , irascível - associada à raiva e à irritação - e apetitiva - relacionada aos desejos primitivos: comer, beber, paixão, entre outros. Ao examinar essa divisão, percebe-se que o homem vive uma constante luta interna consigo mesmo, envolvendo os polos da pacificidade e da agressividade, contidos em seu próprio ser. Platão ainda menciona a existência de uma lama bárbara, onde os olhos da alma encontram-se atolados. Essa expressão é esclarecida por Dalbosco (2020, p.31), ao mencionar que “o ser humano precisa ser arrancado desse lamaçal bárbaro que o puxa para o mundo subterrâneo, sombrio e apavorante, pois somente assim ele pode enfrentar seus dilemas pessoais e assumir a ação justa no âmbito da pólis”.

Na continuidade do percurso, Sêneca considera que o homem, ao ser capaz de manter o domínio de seus sentimentos e paixões, é considerado sábio. Em outras palavras, a ausência desse domínio torna-se a alavaca propulsora “dos principais vícios e corrupção do caráter” (DALBOSCO, 2020, p. 33). Como exemplo, Sêneca (1985, p. 439) apresenta Medéia<sup>2</sup> (*Medea*), tragédia grega em que uma paixão descontrolada - vivenciada

---

<sup>2</sup> Nesta tragédia, Sêneca (1985) retrata o mito da princesa-feiticeira Medéia, que, ao ser rejeitada por seu marido - mesmo que para garantir a sua proteção e a de seus filhos-, acaba por vingar-se dele, assassinando a futura esposa, o sogro e seus próprios filhos.

na ausência de qualquer domínio - acaba por cegar o ser humano a ponto de tornar seus atos uma catástrofe, “alguma coisa atroz, inumana, ímpia”.

Tomando como base essa luta violenta entre as forças construtivas e destrutivas, somos levados às considerações de Friedrich Nietzsche<sup>3</sup>, que, segundo Dalbosco (2020, p. 34), são direcionadas à compreensão dos “conflitos internos à alma, oferecendo esclarecimentos importantes sobre a origem da agressividade e a violência que dela resulta”. O autor ainda destaca que, para Nietzsche, a superação e evolução da condição de animalidade do ser humano nunca foi plenamente alcançada, sendo que “quanto mais o comportamento humano se refina pelo desenvolvimento da cultura, mais o próprio ser humano se torna astuto, ardiloso e perverso” (p.35).

Segundo Freud (1930/1980, p. 124) muitas pessoas rejeitam a “inata inclinação humana para a ‘ruindade’, a agressividade e a destrutividade, e também para a crueldade”. Tal rejeição da condição animalesca inerente ao ser humano ocorre, justamente, porque sua aceitação demandaria compreender que os seres humanos são agressivos por natureza. Dessa forma, quando o processo de inserção na cultura não alcança seu objetivo de humanização, os instintos da animalidade humana persistem. Nesse contexto, Winnicott (1987) acrescenta que quando a agressividade se manifesta, é sempre difícil identificar suas origens, visto que segue continuamente escondida, disfarçada, desviada e atribuída a agentes externos.

É importante notarmos que a agressividade, utilizada com o propósito destrutivo, configura-se como uma característica marcante da violência, que ao não reconhecer o outro como sujeito, transforma-o em um mero objeto, utilizado em prol de sua satisfação. Ciente da gravidade dos fatos, Freud (1930/1980) considera que tal instinto agressivo<sup>4</sup> necessita ser contido por normas e leis sociais. Logo, a mesma sociedade que tenta reduzir a agressividade, a crueldade e a violência humana por meio da formação cultural, também

---

<sup>3</sup> Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844 - 1900) foi um filósofo, crítico cultural e escritor alemão, de grande influência no Ocidente, sendo um dos principais pensadores do século XIX.

<sup>4</sup> De acordo com Freud (1930/1980, p.112), “são estes (os instintos agressivos) acima de tudo, que tornam difícil a vida do homem em comunidade e ameaçam sua sobrevivência. A restrição à agressividade do indivíduo é o primeiro e talvez o mais severo sacrifício que dele exige a sociedade. A instituição do superego, que toma conta dos impulsos agressivos perigosos introduz um destacamento armado, por assim dizer, nas regiões inclinadas à rebeldia. Mas por outro lado [...] devemos reconhecer que o ego não se sente feliz ao ser assim sacrificado às necessidades da sociedade, ao ter que se submeter às tendências destrutivas da agressividade, que ele teria satisfação de empregar contra os outros. [parece ser uma citação, neste caso, falta as aspas de fechamento].

está adoecida pela falta de compromisso ético e moral, assim como pela deturpação dos valores universais, o que acaba gerando e atenuando ainda tais manifestações violentas.

Desse modo, cabe à reflexão dos questionamentos fundamentais trazidos por Foucault (1982/1995, p.239) em seu ensaio *O sujeito e o poder*, que nos fazem refletir sobre: “O que está acontecendo neste momento? O que está acontecendo conosco? O que é este mundo, esta época, este momento preciso em que vivemos?” Segundo essa linha, acrescentamos: Que época é esta em que a violência - em especial, a sexual - se faz tão presente? O que estamos nos tornando? Como o desejo pode tornar-se tão cruel e agressivo - especialmente nos casos de violência sexual contra a criança e adolescente - indiferente da existência de laços sanguíneos?

Ao debruçarmo-nos mais detidamente sobre tais indagações, Muribeca (2017, p. 160) ajuda a entender que, no abuso sexual, a vulnerabilidade e a submissão da vítima fazem com que o abusador se sinta invencível e dominante. Nesse contexto, a autora faz uso das ponderações de Freud (1930/1980), para explicar que o homem - tomado por seus impulsos e desejos incontroláveis - pode “extrair prazer do abuso, do excesso da violência exercida sobre o outro, transformando a agressividade e a crueldade de praticar a violência numa zona permanente de prazer, na obtenção do gozo”. Diante disso, a violência sexual direciona-nos ao sentido de poder, em que o mais forte abusa do mais fraco, objetivando, assim, “paralisar, humilhar, dominar e submeter o outro ao seu poder”.

Seguindo tais ponderações, a crueldade presente no abuso sexual direciona-nos ao sentido das relações de poder e de violência, onde o mais forte abusa do mais fraco. Logo, na relação de poder, há a presença da liberdade, ou seja, “o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres”” (FOUCAULT, 1982/1995, p. 244). De acordo com isso, o outro é considerado e mantido como sujeito ativo de ação, possuidor de um campo de respostas, possibilidades, reações, condutas e comportamentos, frente ao poder que lhe é imposto. Dada a possibilidade de ação sobre ação e da existência de um sujeito ativo, Foucault (1982/1995, p. 243) ainda aponta que o poder “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir”.

Essas breves considerações permitem traçar importantes distinções entre a relação de poder e a relação de violência. Na relação de violência, não há liberdade e tão pouco se age sobre a ação do outro. Uma relação de violência, conforme Foucault

(1982/1995, p. 243), “age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”.

Levando isso em conta, Faleiros e Faleiros (2007, p. 29-30) conceituam a violência acrescentando que “todo poder implica a existência de uma relação, mas nem todo poder está associado à violência”. Dessa forma, o poder torna-se violento quando é caracterizado “como uma relação de força de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer sexual, lucro) previamente definidas”. Em meio a esse campo desigual, prevalece o processo de dominação, em que o “dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus ‘ganhos’. A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade”.

Quanto ao processo de dominação, exploração, desigualdade e opressão, Chauí (1985) aponta que a violência está relacionada ao poder, pois, de um lado, temos o sujeito que domina e, do outro, a vítima dominada e violentada. Tendo em vista tais considerações, percebemos que a força pode ser usada para impor e manter o poder, em meio a uma relação de dominação e coisificação. A partir disso, torna-se possível refletir sobre a violência de gênero, sustentada pelos pilares da desigualdade que, segundo Almeida (2007, p. 28), ocorre “num quadro de disputa de poder”, em que “o uso da força é necessário para manter a dominação, porquanto a ideologia patriarcal – revela-se suficientemente disciplinadora”.

No que se refere à violência contra a criança e adolescente, Guerra (1998, p.32) afirma que há, “de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, a negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. Essa transgressão reflete a intenção de exercer poder sobre o outro, forçando sua submissão e a paralisia de suas ações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Aproximando a violência sexual contra vulneráveis e os estudos de Foucault (1982/1995), verifica-se que, inicialmente, até pode existir uma relação de poder - ainda que acompanhada por uma relação de violência - entre a vítima e abusador, sendo que,

nos momentos iniciais dessa trama, a vítima ainda é possuidora de um campo de ações, dada a condição da tentativa de denúncia, da busca de auxílio ou, até mesmo, da própria resistência física ao ato violento. Contudo, objetivando retirar da vítima qualquer possibilidade de luta, as relações estratégias anulam o outro polo de poder, gerando, a submissão, o silenciamento, a desintegração da identidade e a perda de confiança no ambiente. Diante da impossibilidade de ação, percebe-se a eliminação da relação de poder e a permanência ou continuidade, tão somente, da relação de violência.

A conceituação do abuso sexual em meio à relação poder e violência, possibilita o entendimento sobre como o abusador usa as estratégias de poder para violentar a vítima, utilizando ou não a força física para controlá-la. Atentar-se para os mecanismos utilizados pelo violentador é uma exigência importante para a compreensão do fenômeno, assim como, para prevenção. Um outro aspecto é a atenção à vítima, tanto no seu acolhimento como na ação reparadora dos educadores. Neste sentido, torna-se indispensável novas pesquisas acerca do fundamental papel da educação na formação dos indivíduos preparados para o enfrentamento do problema e a reparação de quem sofre tal violência.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. S. de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA S.S. de (Org.) **Violência de gênero e as políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CAVALCANTI, M. L. V. C.; FRANCHETTO, B.; HEILBORN, M. L. (Org.) **Perspectivas Antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DALBOSCO, C. A. A violência humana e papel do ócio estudioso. In: TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, Elisete M.; ROSSATTO, Noeli D. (Org.). **Filosofia e educação: escola, violência e ética**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

FALEIROS, Vicente P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FOUCAULT, Michel [1982]. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H. L e RABINOW, P.. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREUD, S. [1930]. O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MURIBECA, Maria das Mercês Maia. Psicopatia, violência e crueldade: agressores sexuais sádicos e sistemáticos. In: **Estudos de Psicanálise**. N. 48, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n48/n48a16.pdf>> Acesso em: 4 nov. 2023.

PLATÃO. **Politeia**. Griechisch und Deutsch Sämtliche Werk V. Nach der Übersetzung Friedrich Schleiermachers. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel Verlag, 1991.

SÊNECA, Lúcio Aneu. Medéia. In: **Os pensadores**. Trad. e notas de Agostinho da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7902245/mod\\_resource/content/1/0s%20Pensadores%20%28Abril%29.%20Epicuro%2C%20Lucrecio%2C%20Cicero%2C%20Seneca%2C%20Marco%20Aurelio.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7902245/mod_resource/content/1/0s%20Pensadores%20%28Abril%29.%20Epicuro%2C%20Lucrecio%2C%20Cicero%2C%20Seneca%2C%20Marco%20Aurelio.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2023.

**Capítulo 2**

**EDUCAÇÃO E CULTURA: ATRAVESSAMENTOS ACERCA  
DA VIOLÊNCIA CONJUGAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA  
EM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS COM MEDIDA  
PROTETIVA**

*Camila dos Santos Cunha  
George de Moraes De Luiz*

# **EDUCAÇÃO E CULTURA: ATRAVESSAMENTOS ACERCA DA VIOLENCIA CONJUGAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS COM MEDIDA PROTETIVA**

***Camila dos Santos Cunha***

*Psicóloga, Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, camila.cunha@aluno.ufr.edu.br.*

***George de Moraes De Luiz***

*Professor Orientador, Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br.*

## **RESUMO**

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O estudo principal aborda as vivências cotidianas de mulheres que reataram a relação conjugal com seus parceiros íntimos após participarem de um grupo reflexivo para homens, encaminhados pela Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (SER). Neste trabalho, relato minha experiência como psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER), que se propõe a refletir sobre os processos que entrelaçam educação e cultura nas noções de gênero, masculinidades e violência conjugal e doméstica. Também assumo uma postura crítica ancorada em bases teórico- epistemológicas do construcionismo social e das práticas discursivas, que examinam como as práticas sociais são construídas, mantidas e transformadas através do uso da linguagem. As práticas discursivas não são apenas formas de comunicação, mas sim processos sociais complexos nos quais os sujeitos constroem e negociam significados. A experiência no SER nos permitiu identificar algumas temáticas que podem explicar o sentido da retomada do vínculo íntimo entre os casais: esperança de mudança, pressões sociais e culturais, dependência financeira ou emocional, ciclo de violência, medo ou insegurança. Ao explorar estas questões, buscamos compreender mais profundamente os motivos que levam as mulheres a reatarem a relação conjugal, fornecendo reflexões importantes para o enfrentamento da violência doméstica. Em suma, esperamos que este relato contribua para

uma compreensão mais ampla das dinâmicas relacionais e das questões de gênero na superação da violência doméstica.

**Palavras-chave:** Psicologia. Educação. Masculinidades. Cultura. Violências.

### **ABSTRACT**

This paper is an excerpt from an ongoing Master's dissertation research, linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Rondonópolis (UFR). The main study addresses the daily experiences of women who resumed their marital relationships with their intimate partners after participating in a reflexive group for men, referred by the Specialized Court for Domestic and Family Violence against Women (SER). In this work, I report my experience as a psychologist and researcher at the Reflexive Service (SER), which aims to reflect on the processes that intertwine education and culture in the notions of gender, masculinities, and conjugal and domestic violence. I also adopt a critical stance anchored in the theoretical- epistemological bases of social constructionism and discursive practices, which examine how social practices are constructed, maintained, and transformed through the use of language. Discursive practices are not merely forms of communication, but complex social processes in which subjects construct and negotiate meanings. The experience at SER allowed us to identify some themes that may explain the sense of resuming intimate bonds between couples: hope for change, social and cultural pressures, financial or emotional dependence, cycle of violence, fear, or insecurity. By exploring these issues, we seek to understand more deeply the reasons that lead women to resume their marital relationships, providing important reflections for addressing domestic violence. In summary, we hope that this report contributes to a broader understanding of relational dynamics and gender issues in overcoming domestic violence.

**Keywords:** Psychology. Education. Masculinities. Culture. Violence.

## **INTRODUÇÃO**

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema global com raízes históricas profundas, persistindo como um grave desafio social. Minayo (2006, p. 13) afirma que “os eventos violentos se referem a conflitos de autoridade, lutas pelo poder e vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens”. Esta violência manifesta-se de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, patrimoniais, morais, conjugais e sexuais, resultando em consequências devastadoras para as vítimas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revela um crescimento alarmante de todas as formas de violência contra a mulher em 2022, com uma média de

102 acionamentos por hora (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Estes dados refletem a urgência de ações efetivas para combater este problema persistente. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), sancionada em 2006, representou um marco significativo no enfrentamento à violência doméstica no Brasil. Ela criou mecanismos para coibir e prevenir a violência, atendendo às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Brasilino, 2014). Esta lei transformou a percepção da violência entre casais de um problema doméstico para uma questão pública, criminalizando as agressões.

Um aspecto fundamental no combate à violência doméstica é o envolvimento dos homens no processo de mudança. Nothaftn e Beiras (2019) questionam: “Por que não envolver os homens, sendo eles os autores das violências de gênero?”. Esta abordagem reconhece que a construção da masculinidade desempenha um papel fundamental na perpetuação da violência. A masculinidade hegemônica, caracterizada pela agressividade e domínio, especialmente sobre as mulheres (Machado, 2010), precisa ser problematizada. Durval (2010) argumenta que práticas socialmente reforçadas constroem nossas ações e pensamentos, influenciando a formação de identidades e corporalidades. A desconstrução dessas noções de masculinidade é essencial para prevenir a violência.

Neste contexto, o Serviço de Educação e Reflexão para Autores de Agressão, vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), oferece um espaço para homens que cometem crimes tipificados na Lei Maria da Penha. Este serviço, baseado nas Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Aggressor, visa romper o ciclo de violência e evitar reincidências.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). É importante ressaltar que este estudo está em fase inicial, e por isso, são apresentadas reflexões teóricas que fundamentarão a pesquisa empírica futura.

O objetivo geral deste estudo é investigar as vivências cotidianas de mulheres que reataram a relação conjugal com seus parceiros íntimos após estes participarem de um grupo reflexivo para homens. A pesquisa adota uma postura crítica ancorada no construcionismo social e nas práticas discursivas, buscando compreender como as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem (Gergen, 1985, *apud* Spink, 2010).

Esta investigação busca compreender profundamente as dinâmicas relacionais e de gênero envolvidas na violência doméstica e na reconciliação dos casais. Pretende-se explorar temas como esperança de mudança, pressões sociais, dependência financeira/emocional e ciclos de violência, analisando tanto a perspectiva dos agressores quanto das vítimas.

Os resultados desta pesquisa, uma vez concluída, poderão subsidiar a criação de políticas e programas de apoio mais eficazes, visando a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos. Ao abordar este tema complexo de maneira holística, este estudo oferecerá uma contribuição crucial para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas no combate à violência doméstica no Brasil.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no construcionismo social e nas práticas discursivas, justificada pela natureza complexa do fenômeno estudado: as vivências de mulheres que reataram relacionamentos com parceiros após participação em grupo reflexivo para autores de agressão. Baseada no construcionismo social, a pesquisa questiona “O que e a quem está implicada?”, assumindo uma postura crítica e reconhecendo nossa subjetividade diante do tema (Spink, 2014).

Serão selecionadas 10 a 15 mulheres que atendam aos critérios: vivência de violência doméstica por período mínimo de 1 ano; reconciliação com o parceiro há pelo menos seis meses; participação do parceiro no grupo reflexivo SER da UFR; maioridade; e residência em Rondonópolis. Serão excluídas participantes em risco iminente de violência ou com comprometimentos cognitivos que impossibilitem a participação.

A coleta de dados ocorrerá através de entrevistas semiestruturadas individuais, com duração de 60 a 90 minutos, em ambiente seguro e privativo. O roteiro abordará temas como histórico do relacionamento, motivações para reconciliação, mudanças percebidas após participação no grupo reflexivo e desafios enfrentados. As entrevistas serão gravadas mediante autorização e analisadas pelo método de mapas de associação de ideias (Spink, 2010), seguindo três etapas: transcrição integral, sequenciação do conteúdo e elaboração dos mapas de associação.

A análise será orientada pela perspectiva das práticas discursivas, considerando dialogia, reflexividade, relações de poder e repertórios linguísticos. O projeto será submetido ao Comitê de Ética, com assinatura de TCLE pelas participantes, garantindo confidencialidade através do uso de pseudônimos e armazenamento seguro dos dados. Será disponibilizado apoio psicológico quando necessário.

Reconhecemos limitações como amostra reduzida e possível influência da memória seletiva nos relatos. Para minimizá-las, buscaremos diversidade amostral e utilizaremos técnicas que estimulem reflexão detalhada sobre as experiências. Esta metodologia visa compreender a complexidade das vivências dessas mulheres, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes no campo da violência doméstica.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O construcionismo social, pilar fundamental deste estudo, propõe uma compreensão do mundo não como um reflexo direto da realidade, mas como um produto de intercâmbios sociais. Gergen (2009) argumenta que nossa compreensão do mundo é resultado de um empreendimento ativo e cooperativo entre pessoas em relação, atraindo a investigação para as bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo. Esta perspectiva epistemológica nos convida a questionar as verdades estabelecidas e a examinar como o conhecimento é construído através das interações sociais e práticas discursivas.

As práticas discursivas desempenham um papel crucial na construção da realidade social. Beiras e Bronz (2016) enfatizam que os discursos não apenas descrevem, mas também constroem práticas sociais e realidades com seus efeitos e performances. A linguagem, portanto, é entendida como um produto da realidade, questionando a veracidade dos acontecimentos e atrelando-os a processos de aprendizagem adquiridos ao longo da vida e compartilhados dentro de grupos sociais. Neste contexto, é fundamental examinar as construções sociais de gênero, particularmente a masculinidade hegemônica, que tem centralidade em nossa sociedade e produz culturalmente modos de ser e agir. De Los Santos Rodriguez (2019) descreve a masculinidade hegemônica como uma norma que enquadra os homens em sua forma mais honrada, exigindo um posicionamento de legitimidade em relação à

subordinação das mulheres. Essas construções se estruturam através de relações de poder, determinando exclusões e controlando as desigualdades de gênero em uma dimensão global.

A violência contra as mulheres, especialmente aquela perpetrada por parceiros e ex-parceiros íntimos, emerge como uma manifestação extrema dessas desigualdades de gênero. Beiras e Bronz (2016) apontam para a hierarquização e subalternização das mulheres em relação aos homens como fatores que contribuem para essa violência. A compreensão desses fenômenos é crucial para abordar a questão da reconciliação de casais após situações de violência, um tema complexo que requer uma análise cuidadosa das dinâmicas de poder e dos processos de mudança comportamental.

Para enfrentar essas questões, os grupos reflexivos surgem como uma ferramenta promissora. Inspirados pela pedagogia de Paulo Freire, que enfatiza a “ação e reflexão”, esses grupos buscam promover a transformação das relações de gênero através do diálogo e da criticidade. Como observa Hooks (2013), a metodologia de Freire nas atividades grupais e comunitárias é capaz de transformar o mundo e dar-lhe significado. Os grupos reflexivos, portanto, visam trazer a horizontalidade da questão de gênero para a transformação dos participantes, promovendo autonomia, igualdade, respeito à diferença e efetivação dos direitos humanos (Beiras & Bronz, 2016).

A contemporaneidade tem exigido uma ressignificação das categorias de homens e mulheres, buscando entendê-los dentro de uma dimensão cotidiana que vai além das formas já conceituadas. Essa abordagem considera o tempo, a historicidade, o local e a cultura como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de gênero e poder nos relacionamentos íntimos.

O construcionismo social nos convida a questionar as verdades estabelecidas e a examinar criticamente as construções sociais que moldam nossa compreensão do mundo. Ao aplicar essa perspectiva às questões de gênero, violência doméstica e reconciliação de casais, abrimos espaço para novas formas de entendimento e intervenção. Os grupos reflexivos, fundamentados nessa abordagem teórica, oferecem um caminho promissor para promover mudanças significativas nas relações interpessoais e na sociedade como um todo.

Ao considerar os aspectos culturais de um coletivo, como propõe Freire, damos luz à possibilidade de transformação através da ação e reflexão. Essa abordagem sustenta a constante transformação do sujeito, permitindo que, através da dialogicidade e troca, as

pessoas possam superar as barreiras que impedem a conexão com o outro e a hierarquização existente nas relações. Como observa De Lima (2021), para ocorrer uma mudança significativa, é necessário um processo de reconhecimento de si através do outro.

Em suma, este referencial teórico fornece uma base sólida para compreender e abordar as complexas dinâmicas envolvidas nas relações de gênero, violência doméstica e reconciliação de casais. Ao integrar o construcionismo social, as práticas discursivas, as teorias de gênero e a pedagogia crítica, estabelecemos um quadro conceitual que permite não apenas analisar essas realidades, mas também vislumbrar caminhos para sua transformação.

## **ANÁLISE DE DADOS**

A partir da experiência como mediadora do grupo SER, a análise do imaginário social dos sujeitos revela padrões complexos que constroem significados sobre violência e reconciliação. Conforme Minayo (2006) e Butler (2019), estes significados são moldados por normas sociais vigentes e propagandas hegemônicas sexistas e machistas, que consistem no cerne do comportamento dos homens.

A análise das práticas discursivas, fundamentada no construcionismo social (Spink, 2010; Gergen, 2020), permitiu identificar cinco temáticas principais que emergem da experiência no SER, as quais se entrelaçam na construção social da violência e dos processos de reconciliação:

### **1. Esperança de Mudança e Ciclos de Violência**

A experiência no grupo reflexivo demonstra que a violência física frequentemente se associa a um comportamento onde a vítima tem sua integridade violada. Segundo Walker (2009) e Hirigoyen (2018), este padrão caracteriza o ciclo da violência, onde períodos de tensão alternam com momentos de "lua de mel". Nossos dados do SER revelam que a violência geralmente é desencadeada por discussões, intensificada pela presença de álcool, xingamentos, e traição.

Saffioti (2015) e Machado (2020) argumentam que a esperança de mudança frequentemente se ancora em promessas de transformação que, no contexto do SER,

manifestam-se através de expressões como “dessa vez vai ser diferente” e “aprendi minha lição”. Esta dinâmica, segundo Acosta e Bronz (2019), revela como as práticas discursivas podem tanto perpetuar quanto transformar padrões de violência.

## **2. Pressões Sociais e Culturais**

As manifestações de violência de gênero, como afirmam Guattari e Rolnik (1993), emergem da falta de percepção de si e são reforçadas pela legitimação dentro da hegemonia exercida por padrões impostos socialmente. Bourdieu (2019) e Connell (2021) destacam como estas pressões se manifestam através da violência simbólica, perpetuando relações desiguais de poder.

No contexto do SER, observamos que pressões familiares e religiosas frequentemente se expressam em falas como “família tem que permanecer unida” e “casamento é para sempre”. Zanello (2018) argumenta que tais discursos refletem dispositivos culturais que naturalizam a subordinação feminina.

## **3. Dependência Emocional e Financeira**

A análise das narrativas revela que a violência psicológica se manifesta em traições, insultos, desqualificação da mulher, ameaças, perseguições, e constrangimentos. Bandeira (2014) e Biroli (2018) destacam como a dependência financeira frequentemente se entrelaça com a emocional.

Neves e Nogueira (2017) apontam que estas dependências são construídas e mantidas através de práticas discursivas que naturalizam o controle masculino sobre recursos financeiros e decisões familiares. No SER, observamos esta realidade especialmente em casos onde existe coabitação prolongada e filhos em comum.

## **4. Medo e Insegurança**

O processo de judicialização e o pedido da medida protetiva geram difícil entendimento por parte dos participantes do grupo. Herman (2015) e Van der Kolk (2020) destacam como desconhecimento da legislação e a falta de orientação podem intensificar saídas desastrosas.

Segundo Schraiber e D'Oliveira (2016), o medo se manifesta em múltiplas dimensões: física, econômica e social. No SER, identificamos expressões desse medo em falas como "tenho medo do que ele pode fazer com as crianças" e "não sei como vou me sustentar sozinha".

## **5. Construções Sociais sobre Reconciliação**

Observa-se um padrão de descrédito perante a vítima ao mesmo tempo em que emerge o desejo por reatar a antiga relação conjugal. Spink (2010) e Gergen (2020) argumentam que estas contradições refletem construções sociais complexas sobre relacionamentos e perdão.

A análise construcionista, apoiada por Toneli (2017) e Beiras (2019), revela como os significados atribuídos à reconciliação são socialmente construídos e mantidos através de práticas discursivas que: naturalizam a violência como forma de resolução de conflitos, responsabilizam as mulheres pela harmonia familiar, reforçam papéis tradicionais de gênero, minimizam o impacto da violência psicológica, legitimam discursos de arrependimento e mudança.

Questões de Pesquisa Emergentes:

1. Como os discursos sobre família e conjugalidade influenciam a decisão de reconciliação?
2. De que forma as construções sociais de gênero impactam o ciclo de violência?
3. Qual o papel do grupo reflexivo na ressignificação das práticas violentas?
4. Como fatores interseccionais (classe, raça, idade) modulam as decisões de reconciliação?

Esta análise preliminar, fundamentada nas contribuições de Saffioti (2015), Butler (2019) e Connell (2021), sugere que a retomada do vínculo conjugal após situações de violência é um fenômeno complexo, multifacetado, que demanda compreensão tanto dos aspectos individuais quanto das construções sociais que o sustentam. Como observam

Acosta e Bronz (2019), o trabalho com grupos reflexivos pode oferecer caminhos para a desconstrução de padrões violentos e a construção de novas formas de masculinidade.

Neste sentido, o SER tem se mostrado um espaço privilegiado para a observação e compreensão destes processos, permitindo identificar tanto os mecanismos que perpetuam a violência quanto as possibilidades de transformação através do trabalho reflexivo e da ressignificação das práticas discursivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa evidencia as complexas dinâmicas que envolvem a retomada de vínculos íntimos após situações de violência doméstica, ancorada nas perspectivas do construcionismo social e das práticas discursivas de Spink (2010) e Gergen (2020). Nossa análise do grupo SER revela a intrincada teia de fatores que influenciam essas decisões, desde esperanças individuais de mudança até pressões socioculturais profundamente arraigadas.

As cinco temáticas identificadas no estudo, quando analisadas através da perspectiva construcionista de Butler (2019) e Saffioti (2015), revelam como essas experiências são socialmente construídas e mantidas por meio de práticas discursivas. Como argumentam Acosta e Bronz (2019), essa abordagem nos permite compreender a violência doméstica não apenas como um fenômeno individual, mas como um produto de construções sociais sobre gênero, poder e relacionamentos.

Especificamente no contexto do SER, observamos que o campo da violência doméstica e relações de gênero demanda uma compreensão interseccional (Crenshaw, 2017). Ao explorar as narrativas e construções sociais que sustentam a reconciliação após a violência, identificamos elementos cruciais para intervenções mais eficazes e políticas públicas mais informadas. Conforme Zanello (2018), este trabalho contribui para desmistificar julgamentos simplistas sobre as decisões das vítimas, promovendo uma compreensão mais nuancada e compassiva.

Nossa pesquisa apresenta contribuições significativas para o enfrentamento da violência doméstica. Seguindo as proposições de Neves e Nogueira (2017), os processos de reconciliação devem desenvolver abordagens mais eficazes para prevenção e intervenção. Isto se materializa através do aprimoramento de programas de reeducação

para agressores, fortalecimento de redes de apoio para vítimas, e criação de estratégias de conscientização pública que desafiem construções sociais nocivas.

Como destacam Beiras e Bronz (2016), ao dar voz às experiências das pessoas envolvidas, nossa pesquisa busca empoderar sobreviventes e informar práticas profissionais mais sensíveis e eficazes. Concluímos que este trabalho oferece subsídios teóricos e práticos para a construção de uma sociedade mais equitativa e livre de violência, através da compreensão e transformação das práticas discursivas que sustentam relações abusivas.

Por fim, ressaltamos a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem a compreensão dos mecanismos de transformação social através dos grupos reflexivos, considerando especialmente o papel da interseccionalidade e das práticas discursivas na construção de masculinidades não violentas.

## **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, F.; BRONZ, A. **Desafios para o trabalho com homens em situação de violência doméstica**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2019.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASILINO, J. **Masculinidades no contexto da violência contra a mulher**: um estudo com homens em grupos reflexivos. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, R. **Masculinidades**. São Paulo: nVersos, 2021.

CRENSHAW, K. **On intersectionality**: essential writings. New York: The New Press, 2017.

DE LIMA, M. E. O. Preconceito. In: CAMINO, L. et al. (Orgs.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 3. ed. Brasília: Technopolitik, 2021. p. 541-594.

DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, M. C. **Masculinidades e violência de gênero**: um estudo com homens em situação de violência doméstica. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia)

- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DURVAL, C. L. M. Reflexões sobre a construção da masculinidade a partir de uma perspectiva de gênero. In: BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 145-162.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

GERGEN, K. J. **An invitation to social construction**. 2. ed. London: Sage, 2009.

GERGEN, K. J. **Construcionismo social**: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HERMAN, J. L. **Trauma and recovery**: the aftermath of violence. New York: Basic Books, 2015.

HIRIGOYEN, M-F. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 35-78.

MACHADO, L. Z. **Masculinidades, sexualidade e violência**. São Paulo: Ubu, 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social. **Ex aequo**, n. 25, p. 97-111, 2017.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, v. 95, n. 2, p. 139-145, 2016.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

- SPINK, M. J. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- TONELI, M. J. F. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: LAGO, M. C. S. et al. (Orgs.). **Gênero e pesquisa em psicologia social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2017. p. 145-162.
- VANDER KOLK, B. **O corpo guarda as marcas: mente, cérebro e corpo na transformação do trauma.** Rio de Janeiro: Sextante, 2020.
- WALKER, L. E. *The battered woman syndrome.* 3. ed. New York: Springer, 2009.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.
- NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.
- SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SPINK, M. J. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

**Capítulo 3**

**EXPLORANDO UMA GINÁSTICA RÍTMICA INCLUSIVA  
PARA TODOS OS GÊNEROS**

*Thaya Pereira*  
*Sara Monteiro da Silva*

# **EXPLORANDO UMA GINÁSTICA RÍTMICA INCLUSIVA PARA TODOS OS GÊNEROS**

***Thaya Pereira***

*Educadora de Ginástica Rítmica, Graduada em Educação Física pela Universidade Castelo Branco-UCB e Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -*

*UERJ/FFP, thaya.gr@gmail.com*

***Sara Monteiro da Silva***

*Estagiária de Ginástica Rítmica e Graduanda de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sara.montsilva@gmail.com*

## **RESUMO**

Compreendendo que as concepções de gênero são construções culturais e sociais, que podem ser discriminatórias e promover desigualdades, e reconhecendo que a ginástica rítmica, assim como em muitas outras práticas esportivas, tem em sua origem histórica e enquanto rendimento, o reforço estereótipos de gênero que não só se transformam em pressões estéticas sobre os corpos femininos, mas que ainda se torna pouco acessível aos corpos masculinos. Este artigo traz uma reflexão sobre os aspectos de gênero na modalidade, mostrando suas nuances e contradições e propõe a prática da ginástica rítmica nos espaços educacionais, como uma possibilidade inclusiva e que permite desenvolver de uma expressão corporal livre de estereótipos, capaz de promover reflexões valiosas no combate das desigualdades de gênero. Para isso, o presente estudo trará um conjunto de relatos e análises das diversas práticas realizadas com a modalidade dentro da Fundação Gol de Letra e como elas atravessaram os participantes dessas experiências e suas famílias. Ressaltamos que é preciso junto a prática, trabalhar os conceitos e temas relacionados a gêneros, além de um trabalho contínuo e consciente dos profissionais da educação e equipe multidisciplinar para que não seja apenas uma experiência pontual e isolada, mas um conjunto de ações efetivas e transformadoras.

**Palavras-chave:** Gênero, Estereótipos, Ginástica Rítmica, Educação Física, Inclusão

## **ABSTRACT**

Understanding that conceptions of gender are cultural and social constructions, which can be discriminatory and promote inequalities, and recognizing that rhythmic gymnastics, as well as many other sports practices, has in its historical origin and as a performance, the reinforcement of gender stereotypes that not only become aesthetic pressures on female bodies, but which is still not very accessible to male bodies. This article reflects on the gender aspects of the sport, showing its nuances and contradictions, and proposes the practice of rhythmic gymnastics in educational spaces as an inclusive possibility that allows the development of a body expression free of stereotypes, capable of promoting valuable reflections in the fight against gender inequalities. To this end, this study will provide a set of reports and analyses of the various practices carried out with the sport within the Gol de Letra Foundation and how they have affected the participants in these experiences and their families. We emphasize that, along with the practice, it is necessary to work on concepts and themes related to gender, in addition to the continuous and conscious work of education professionals and the multidisciplinary team, so that it is not just a one-off and isolated experience, but a set of effective and transformative actions.

**Keywords:** Gender, Stereotypes, Rhythmic Gymnastics, Physical Education, Inclusion

## **INTRODUÇÃO**

A prática de atividades físicas e esportes sempre esteve presente para ambos os sexos, mas, em determinados períodos, as mulheres foram afastadas por discursos como o da masculinização e a alegação de limitações físicas, essa exclusão durou até o final do século XIX e início do século XX e no Brasil, o cenário não foi diferente. (Oliveira; Cherem; Tubino, 2008.). Com o tempo, as mulheres passaram a ser aceitas em modalidades específicas, onde havia pouco contato físico e os movimentos executados imprimiam uma feminilidade, nesse contexto algumas modalidades foram socialmente aceitas. Na Ginástica Rítmica especificamente, devemos considerar que é uma modalidade esportiva que se originou da Ginástica moderna, no século XX, na Europa, e que buscava inicialmente "a educação das mulheres para o desenvolvimento da graça, da harmonia de formas, da sensibilidade e da delicadeza" (Porpino, 2004, p.122). Pelo seu histórico, a modalidade enfatiza estereótipos de gênero, que se manifestam em exigências estéticas e limitações de acesso para corpos que não se alinharam às expectativas tradicionais, como

os corpos masculinos. Por essa razão, é pouco frequente possuir meninos praticando essa modalidade.

As concepções de gênero são entendidas como construções culturais e sociais que podem gerar discriminação e desigualdade. Em sua obra de 1949, *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir já discorreu sobre gênero, com a sua afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher”, reforça que o gênero é uma construção social e cultural. Para Butler (2010), essas construções são alcançadas a partir de atos performáticos, onde o indivíduo aprende a se comportar de acordo com o seu gênero, através de atos e discursos repetitivos ao longo dos anos. No esporte, essas ações influenciam a participação e a experiência dos indivíduos de diferentes formas, refletindo e reforçando normas sociais vigentes.

A Fundação Gol de Letra (FGL), é uma organização não governamental criada em 10 de dezembro de 1998 e atende crianças, adolescentes e jovens, da comunidade do Caju no Rio de Janeiro e da Vila Albertina em São Paulo. Suas práticas educacionais e de assistência social ao desenvolvimento comunitário e de suas famílias, o Programa Jogo Aberto Caju oferece 5 modalidades esportivas no contraturno escolar: Futsal, Ginástica Rítmica, Judô, Tênis de Quadra e Tênis de Mesa. Utilizando a educação integral como pauta em atividades de esporte educacional para crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos. As atividades são projetadas para serem inclusivas, incentivando a participação de todos os alunos, independentemente do gênero. A abordagem é orientada pelo esporte educacional, que prioriza o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo habilidades motoras, sociais e emocionais, e valorizando a diversidade de expressões corporais. (Tubino, 2010)

Considerando esses aspectos do esporte educacional, complementamos com a proposta pedagógica “ginástica rítmica popular” da professora Roberta Gaio que declara que essa proposta tem a finalidade de investir nas atividades de ginástica rítmica que desempenham a relação entre o corpo, espaço, objetos, tempo, ritmo e pessoas em um contexto de comunicação não verbal, promovendo impactos afetivos e sociais relevantes para a vida do ser humano (Gaio, 2007).

A percepção de inclusão na educação que nos baseamos, refere-se à responsabilidade de garantir que todos os alunos e alunas tenham acesso à educação, independente do seu gênero, etnia, cultura, religião, classe social, deficiência e etc, visto

que todos são iguais perante a lei. Com o propósito de diminuir os impedimentos ao desenvolvimento educacional (Fonseca, 2014).

Nessa perspectiva, o artigo propõe uma reflexão sobre a ginástica rítmica, analisando como as práticas realizadas na modalidade são capazes de ser utilizadas de forma inclusiva para ambos os gêneros, promovendo uma expressão corporal livre de estereótipos. A análise inclui exemplos de práticas realizadas na Fundação Gol de Letra, que demonstram o potencial transformador da ginástica rítmica quando acompanhada de um trabalho educacional contínuo e conscientizador.

## **METODOLOGIA**

Este estudo é de caráter qualitativo, usado para analisar e interpretar características mais profundas (Lakatos e Marconi, 2003), como compreender os aspectos culturais e sociais. Para Rodrigues, Oliveira e Santos, pesquisar qualitativamente é analisar, observar, descrever e realizar práticas interpretativas de um fenômeno a fim de compreender seu significado.

A pesquisa utilizou-se de um estudo de campo, aproveitando a aproximação das pesquisadoras com as turmas e com o próprio campo de pesquisa, analisando as estratégias utilizadas e experiências realizadas com os temas relacionados a gênero, com o intuito de investigar essas ações e relações. Além disso, foi realizada uma entrevista direcionada a educadora da turma mista de ginástica rítmica do Programa Jogo Aberto da Fundação Gol de Letra, localizada no Caju, zona portuária do Rio de Janeiro, do tipo semi-estruturada para emergir informações de forma mais flexível e para as respostas não se manterem limitadas a uma padronização de opções (Manzini, 1990/1991).

Essa entrevista foi conduzida de forma online, sendo gravada e posteriormente transcrita para análise, utilizando-se de um guia de perguntas, permitindo-nos uma compreensão mais detalhada e mais rica, que contribui para um aprofundamento no campo da educação e gênero. As principais perguntas foram:

- Como você costuma estruturar as aulas de ginástica rítmica, para incluir todos os alunos?
- Quais os desafios que você encontra ao ensinar ginástica rítmica para grupos mistos?

- Você percebe alguma resistência por parte dos meninos em participar da ginástica rítmica? Se sim, como você lida com isso?
- Na sua experiência, como meninos e meninas respondem a prática da ginástica rítmica? Há diferenças perceptíveis?
- Quais as estratégias você considera eficazes para tornar a ginástica rítmica mais inclusiva e acessível para todos os alunos?

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Ginástica Rítmica integra o Programa Jogo Aberto Caju, sendo uma ação voltada para a educação integral, pautada em atividades de esporte educacional para crianças, adolescentes e jovens de 4 a 15 anos. Atualmente, as oficinas esportivas semanais possuem 50 minutos de duração para a turma “GR Baby” (Entre 4 a 6 anos) e 90 minutos para as demais. Junto ao trabalho específico da modalidade, as educadoras realizam rodas de conversas, semanas temáticas, mostras, desafios, festivais esportivos e promovem participação das crianças e adolescentes em exibições de pequenos eventos externos.

Quando a ginástica rítmica foi implementada na Fundação Gol de Letra em 2015, no projeto Jogo Aberto no Rio de Janeiro, a proposta era atrair as meninas e incentivá-las a se envolverem na prática esportiva, se tratava de uma estratégia de gestão da época. E que de fato, passou a ter bastante aderência das meninas na modalidade. As turmas são divididas por faixa etária, sendo 2 turmas das crianças de 7 a 9 anos e das adolescentes de 10 a 15 anos, as turmas são compostas 100% por meninas.

Frente a isso, a equipe pedagógica enfrentou os desafios de tornar essa modalidade mais inclusiva e menos opressora para as meninas, não apenas para dialogar com a proposta institucional, mas também por ser uma oportunidade valiosa para colocar os debates de gênero em pauta, visto que as meninas e mulheres são as mais afetadas com a desigualdade de gênero. Nesse contexto Braga (2019) discorre:

Abordar o tema com adolescentes e jovens brasileiros é razoável referir que abusos e violência em relacionamentos amorosos estão fortemente vinculados a desigualdades nas relações de gênero. A cultura, os direitos humanos e as práticas sociais influenciam a igualdade e papéis de gênero. A desigualdade de gênero pode aumentar o risco de coação, abuso e violência sexual. (p. 147)

Dessa maneira, fica imprescindível abordar de forma transversal nas aulas, temáticas relacionadas às questões de gênero, como, por exemplo, desigualdade de gênero em suas variadas formas, papéis de gênero, gênero e sexualidade, violência de gênero, entre outras, pois essas questões fazem parte do cotidiano de enfrentamento das meninas.

Algumas estratégias adotadas durante a rotina incluem rodas de conversas, cine debates, festival esportivo e aula com integração entre outras modalidades não só para as meninas experimentarem outras linguagens, mas também para que os meninos vivenciassem a ginástica rítmica. Nos festivais esses temas são centrais e abordados através de oficinas e fóruns, além da construção coreográfica com temáticas relacionadas.

O processo de construção das coreografias é trabalhado com as alunas da seguinte maneira: introdução do tema proposto, trazendo conceitos, reflexões e discussões sobre o assunto. Em seguida, é questionado como elas gostariam que esse tema fosse retratado artisticamente. A partir daí, as próprias alunas começam a construir suas perspectivas artísticas e expressivas sobre o tema, dando forma às coreografias de maneira colaborativa. Esse processo se mostrou fundamental para promover autonomia e sentimento de pertencimento, garantindo que a criação não fosse apenas conduzida pelas educadoras, mas, principalmente, construída por elas mesmas, respeitando suas vozes e visões. Importante ressaltar que durante a coreografia todos e todas participam com múltiplas vivências corporeidade. Nesse sentido, Porpino (2018) afirma que,

De um simples gesto de brincadeira de criança à execução de uma complexa coreografia na dança, o corpo expressa a simplicidade do ato de existir na complexidade de suas relações com o mundo. Seja no brincar cotidiano ou em um momento restrito de um espetáculo, os corpos expressam seus gestos momentâneos, que em suas efemeridades envolvem-se, dialogam com outros muitos sentidos emergentes dos gestos vividos anteriormente na convivência com outros corpos. Os corpos brincam, choram, desesperam-se, entusiasmam-se, dançam. Um imbricamento entre múltiplos momentos vividos, que fazem de alguém um ser humano idiossincrático, porém uma idiossincrasia que só pode ser gerada na convivência. (p. 42)

Nas atividades propostas durante as rotinas de atendimento, especialmente nos momentos de rodas de conversa, muitas vezes as educandas traziam à tona os impactos da desigualdade de gênero em suas vidas. A partir dessas discussões, muitas vezes surgiram questões e denúncias relevantes, que não apenas ampliaram o entendimento sobre as dificuldades enfrentadas por essas mulheres (as mesmas, suas mães, avós e

outras figuras femininas), mas também possibilitaram um diálogo mais aprofundado com a equipe do serviço social, fazendo uma articulação de ações junto às famílias, fortalecendo a rede de apoio e contribuindo para intervenções mais eficazes.

Nesse contexto, após o trabalho já consolidado com as meninas, foram construídas estratégias de inclusão para os meninos na modalidade, uma vez que não havia praticantes do sexo masculino. A partir dessa necessidade, surgiu a ideia da 'GR BABY', em que crianças de 4 a 6 anos participam das aulas, reconhecendo que os meninos mais velhos são mais resistentes à prática da modalidade por já perceberem que as práticas corporais envolvidas são socialmente compreendidas como 'de menina', construíram-se essa resistência. A estratégia, nesse caso, foi introduzir a modalidade nas primeiras fases do desenvolvimento, quando a resistência seria menor, e as habilidades motoras desenvolvidas na prática da ginástica rítmica poderiam contribuir significativamente para o desenvolvimento psicomotor como o desenvolvimento da progressão, do ritmo, da criatividade e da imaginação, entre outros aspectos.

Quando perguntada na entrevista sobre as estratégias pedagógicas utilizadas para incluir meninos nas aulas e superar barreiras culturais e estereotipadas sobre gênero nas aulas de ginástica rítmica a professora responde:

"A estratégia que eu uso muito lá com a GR Baby é muita ludicidade, trazer os elementos da ginástica de uma forma lúdica sem cobranças de correções de técnicas tão fortes. E pra deixar os meninos bem à vontade, porque embora eles sejam pequenos, há essa cobrança externa da família e tal, que "o menino não faz ginástica" "que não bota a mão na cintura" Então, assim, algumas coisas... Tem aulas que eu mando botar a mão na cintura para executar alguns movimentos, mas tem outras aulas que eu já não peço, tenho que pensar nos gestos, e tal. Na forma da coreografia, eu tô tentando adaptar, a ginástica é a ginástica, independente de se é menino ou menina, os elementos da ginástica não mudam. Mas os elementos artísticos, né, que condiz com a música, eu tô tentando usar movimentos que sejam "infantis", que sejam de danças, mas que não sejam "identificados" ao que dizem ser feminino, para menina, né? Mas, ao mesmo tempo, eu não fico falando sobre isso pra eles. Eu falo que tem que levantar o braço assim, baixar o braço assim, e tá tudo certo. E eles vão no mesmo ritmo, me acompanhando, sem colocar nenhum gênero nos gestos." (Depoimento da professora)

Ela continua:

"Esse pensamento vai muito, por quê? Porque o momento que eles estão em apresentação, que é quando as pessoas, os familiares que não veem o dia a dia vão ver isso, eles vão ver o resultado naquele dia. Eles não sabem que no dia a dia eles mais brincam, eles mais fazem construções, aos

poucos, do que propriamente aquilo que está sendo mostrado. Mas lá é uma forma de as pessoas verem a ginástica com meninos e meninas juntos. Então, eu me preocupo para que, nesse momento, eles identifiquem a ginástica lá e uma criança praticante de ginástica, de um esporte que tem elementos artísticos." (Depoimento da professora)

A professora destaca a importância da ludicidade como estratégia central. Em vez de focar rigidamente em correções técnicas, ela busca introduzir os elementos da ginástica de maneira lúdica principalmente considerando a faixa etária dos educandos. Para deixar a aula mais inclusiva, a professora faz adaptações nos gestos motores e artísticos em relação às pressões externas que podem ser geradas pelas famílias dos meninos. A narrativa revela que existem preconceitos sociais significativos sobre o que "meninos" devem ou não fazer em contextos como a ginástica. A resistência externa a certos movimentos, como a colocação da mão na cintura, e a tentativa de desassociar a ginástica de marcadores de gênero explicitam o cuidado em lidar com esses estigmas. Ao selecionar movimentos que sejam "infantis" e não necessariamente específicos do que é tradicionalmente considerado feminino, a professora tenta criar um ambiente onde meninos se sintam incluídos sem o estigma de estar participando de uma atividade "de meninas". Curiosamente, a professora menciona que evita trazer discussões diretas sobre os gestos ou expressividades sejam entendidas de algum gênero em específico para as aulas, preferindo focar na prática em si. Essa escolha pode ser interpretada como uma tentativa de criar um ambiente de naturalidade e fluidez, onde os gestos e movimentos não carregam significados de gênero impostos.

Outro ponto importante é a preocupação com o momento das apresentações. Ela menciona que familiares que não acompanham o cotidiano das aulas podem ter uma visão mais rígida ou preconceituosa sobre meninos e meninas praticando ginástica juntos. Nesse contexto, a apresentação é uma oportunidade de desmistificar a prática esportiva e mostrar que a ginástica, com seus elementos artísticos, pode ser praticada igualmente por ambos os gêneros. A professora também reforça que, apesar das adaptações permitidas para acolher os meninos, os "elementos da ginástica" em si não mudam. Isso ressalta uma ideia de que o esporte, quando considerado em sua essência, é neutro em relação ao gênero. São os elementos externos, sociais e culturais que acabam por carregar os significados de "masculino ou feminino". Essa abordagem é especialmente importante em um contexto de educação física, onde as expectativas sociais e familiares muitas vezes

podem criar barreiras para a participação de meninos nos esportes. Assim, a professora responde:

"Então, assim, eu tenho uma dificuldade enorme de montar a coreografia também, não só porque tem crianças dos dois gêneros, e eu preciso ter esse cuidado, mas também porque eles têm outras questões para além disso, né? O que faz parte do desenvolvimento deles também. Em relação à aprendizagem, não vejo diferença nenhuma entre meninos e meninas. Nem com relação ao tipo de aula, de conteúdo, tipo ritmo, equilíbrio, etc.. Eles aprendem da mesma forma. A única dificuldade está relacionada a questões individuais deles, da aprendizagem deles. Em relação a menino e menina, não vejo diferença, se por exemplo menino demora mais pra aprender que menina. No caso deles, que são menores, eles não apresentam resistência, que é uma coisa comum com os meninos maiores. Pra você ter ideia, no alongamento canto, "borboletinha" eles fazem e cantam de boa, "A canoa virou" fazem o "barquinho" e eles vão de boa e tá tudo certo. Todas as histórias que são contadas em torno dos elementos que são dados eles recebem da mesma forma que as meninas." (Depoimento da educadora)

Podemos dizer então, que não existe diferença de desenvolvimento nos dois gêneros em relação à aprendizagem da modalidade. Além disso, pode ser percebido que os alunos não tiveram resistência em relação aos movimentos ditos femininos, pelo contrário, cantam as músicas utilizadas nas aulas e produzem os movimentos, contribuindo para afirmação de que existe uma imposição externa que é mais perceptível nas faixas etárias mais avançadas. Ressaltando que a resistência ao não enquadramento nos padrões normativos se torna mais forte à medida que a criança cresce, refletindo uma imposição social e não uma disposição natural, reforçando a teoria de Performatividade de Butler (2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que a Ginástica Rítmica contribui significativamente para o desenvolvimento físico e social, possibilitando ao indivíduo a ampliação de habilidades como a consciência corporal, coordenação motora, a criatividade e a autoconfiança. Ao ser promovida no contexto do esporte educacional é incentivada de forma inclusiva, sem distinção de gênero, essa modalidade tem o potencial de suscitar reflexões importantes sobre desigualdades de gênero. No entanto, para que essa modalidade contribua efetivamente para a transformação social, é necessário um trabalho contínuo e integrado

que desafie as concepções tradicionais de gênero e promova uma cultura de respeito e inclusão nas práticas pedagógicas.

Durante a pesquisa sobre a prática de meninos na ginástica rítmica, foi observado que, embora as imposições sociais de gênero estejam presentes na comunidade, as crianças enfrentam menor resistência nesse aspecto, sobretudo no contexto familiar, já que muitas famílias apoiam e mantêm os meninos na prática da modalidade. Além disso, as apresentações públicas da Ginástica Rítmica desempenham um papel importante na quebra de estereótipos, mas requer um desafio pedagógico e institucional pensar e repensar ações, estratégias e práticas para ser cada vez mais inclusiva para os meninos.

As práticas analisadas na Fundação Gol de Letra desconstroem a ideia de que comportamentos e interesses devem ser delimitados por gênero e sugerem caminhos de como o esporte pode ser utilizado como uma ferramenta educativa poderosa, capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de democratizar o acesso a essa modalidade, que ainda é negado a algumas pessoas.

Conforme avançamos socialmente, é fundamental que continuemos a analisar soluções que promovam um espaço inclusivo e igualitário nos ambientes educacionais. Somente assim poderemos garantir uma educação de qualidade, impactando positivamente nos alunos e alunas e consequentemente em nossa sociedade, abrindo caminho para que todos e todas tenham mesmo acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, recomendamos que as análises seguintes busquem estudar a ginástica rítmica como uma ferramenta inclusiva em diferentes faixas etárias, em outros locais (clubes e escolas) e sob outras perspectivas como no alto rendimento, que apresente outros contextos culturais e sociais.

## **REFERÊNCIAS**

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** /Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Tradução de Sérgio Milliet.

**BRAGA, M. Debater sexualidade e gênero em sala de aula é um direito constitucional.** In: RIBEIRO, M (org) *A Conversa Sobre Gênero na Escola Aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Wak Editora, 2019. p. 147.

**FONSECA**, Michele Pereira de Souza da. **Formação de professores de Educação Física e seus desdobramentos na perspectiva dos processos de inclusão/exclusão: reflexões sobre Brasil e Portugal.** 2014. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

**GAIO**, Roberta. **Ginástica rítmica popular: uma proposta educacional.** 2. ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2007.

**LAKATOS**, Eva Maria; **MARCONI**, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

**MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática**, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

**OLIVEIRA, G.; CHEREM, E. H. L.; TUBINO, M. J. G. A inserção histórica da mulher no esporte.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 16, n. 2, p. 117–125, 2008.

**PORPINO, K. de O. Treinamento da Ginástica Rítmica: Reflexões estéticas.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 26, n. 1, p. 121–133, 2004.

**PORPINO, K. DE O. Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética.** [s.l.] Edufrn, 2018.

**TUBINO, M. J. G. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação.** Maringá: EDUEM, 2010.

**Capítulo 4**

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) FRENTE A EDUCAÇÃO  
SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

*Hávila Francisca Ferreira da Costa  
Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo  
Robison Raimundo Silva Pereira*

# O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

**Hávila Francisca Ferreira da Costa**

*Graduada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, havilafcostta@gmail.com;*

**Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo**

*Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano - PI, allanfigueiredo.prof@gmail.com;*

**Robison Raimundo Silva Pereira**

*Professor orientador: Mestre em Ciências Sociais, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano – PI, robisonp15@gmail.com*

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as diferentes propostas educacionais voltadas para o ensino da Educação Sexual, visando delinear as práticas que os(as) Pedagogos(as) devem adotar para uma abordagem inclusiva. A Educação Sexual, fundamental no sistema educacional – não se limitando apenas à transmissão de informações sobre anatomia e fisiologia, mas também englobando o desenvolvimento de atitudes e respeito em relação à diversidade sexual – enfrenta questões sociais e de saúde, como violência em relacionamentos e abuso sexual infantil, promove comportamentos saudáveis, evitando problemas futuros. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, incluindo a falta de preparo dos(as) educadores(as) para abordar o tema de forma sensível e adequada, o que pode gerar mal-entendidos entre escola, pais e alunos. Neste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, abordando aspectos teóricos, práticos e legislativos relevantes. A análise dos dados fez-se de forma qualitativa, identificando padrões e temas recorrentes, para dar forma às

conclusões apresentadas. Constatou-se que há uma carência de pesquisas que avaliem a implementação da legislação e políticas educacionais relacionadas à Educação Sexual, bem como de estratégias pedagógicas para abordar essa temática de forma inclusiva e sensível no currículo escolar, especialmente na Educação Infantil. Verifica-se, outrossim, que a formação de pedagogos(as) para lidar com a Educação Sexual é crucial para garantir uma abordagem inclusiva, promovendo não apenas a saúde e o bem-estar dos alunos, mas também a comunicação aberta entre todos os envolvidos, uma vez que o(a) Pedagogo(a) desempenha um papel fundamental na promoção de uma cultura de respeito, igualdade e saúde sexual, em vista de superar estigmas e promover uma sociedade mais justa e respeitosa.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Abuso Sexual, Formação docente, Pedagogo(a).

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Sexual é uma dimensão importante do sistema educacional que consiste em uma abordagem contínua e abrangente para não apenas fornecer informações sobre anatomia e fisiologia, mas também desenvolver atitudes e respeito em relação à diversidade sexual. Além do processo de ensino, visa muitos problemas sociais e de saúde que devem ser resolvidos ou prevenidos, como violência em relacionamentos, abuso infantil sexual, gravidez indesejada não planejada e comportamento sexual de risco.

É interessante observar que a Educação Sexual não termina na escola, pois é feita com a ajuda de famílias e comunidades e deve se basear na abordagem integrada que tem a ver com a colaboração de todos os interessados. Por fim, a mesma é um dos componentes mais importantes da criatividade que influencia as atitudes e leva a decisões adequadas em relação ao comportamento sexual, à privacidade e pela diversidade de experiências sexuais e identidades de gênero.

A pesquisa proposta tem como ponto central de investigação o papel do(a) Pedagogo(a) na promoção da Educação Sexual dentro do ambiente escolar. Diante da complexidade e relevância desse tema, o objetivo geral deste estudo é explorar e compreender as diferentes propostas educacionais voltadas para o ensino da Educação Sexual, visando delinear as práticas que os(as) Pedagogos(as) devem adotar para uma abordagem eficaz e inclusiva. Para atingir esse objetivo amplo, foram estabelecidos objetivos específicos que direcionam a pesquisa de maneira mais detalhada.

Primeiramente, busca-se compreender a perspectiva dos(as) Pedagogos(as) diante da temática da Educação Sexual, explorando suas percepções, conhecimentos e atitudes em relação ao assunto. Em seguida, pretende-se investigar os preconceitos existentes em torno da Educação Sexual, identificando as barreiras e desafios enfrentados pelos(as) Pedagogos(as) na promoção desse tema no ambiente escolar.

Além disso, será realizada uma discussão aprofundada sobre as concepções existentes sobre Educação Sexual, analisando as diferentes abordagens teóricas e práticas que permeiam esse campo de estudo. Por fim, serão descritas e analisadas as ações específicas que os(as) Pedagogos(as) podem desenvolver no ambiente escolar para promover uma Educação Sexual abrangente, sensível e emancipatória.

Os objetivos específicos deste trabalho foram delineados com o intuito de fornecer uma estrutura clara e abrangente para a pesquisa, permitindo uma análise detalhada das questões fundamentais relacionadas ao papel do(a) Pedagogo(a) na reflexão e implementação da Educação Sexual no contexto escolar.

A falta de pesquisa e interesse nesse assunto, muitas vezes devido à sua natureza polêmica e à presença de tabus e preconceitos, contribui para a escassez de treinamento dos professores. Isso se reflete no número limitado de pessoas que se dedicam a explorar esse campo, especialmente em cidades menores, como mencionado no contexto de Floriano /PI.

Com efeito, ao realizar trabalhos acadêmicos sobre Educação Sexual, os estudantes têm a oportunidade de abrir portas para uma maior conscientização e investigação sobre o assunto. Esse aspecto é particularmente importante para os alunos de pedagogia, que estarão diretamente envolvidos no ensino e cuidado das crianças.

Dado que as crianças estão entre os grupos mais vulneráveis a abusos sexuais, é crucial que os futuros educadores(as) estejam bem-preparados(as) para lidar com situações delicadas e ministrar uma introdução adequada à Educação Sexual.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na presente pesquisa será bibliográfica e documental, visto que são fundamentais para a condução de um estudo científico, a mesma é realizada prioritariamente em ambiente acadêmico e tem como objetivo o aprimoramento e atualização do conhecimento por meio do exame científico de trabalhos já publicados.

Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”. Para Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

A pesquisa documental baseia-se na análise de documentos de fontes primárias, originados diretamente dos órgãos responsáveis pelas observações. Conforme Gil (2002) descreve, essa abordagem envolve a utilização de documentos produzidos para diversos fins, como registros, autorizações, correspondências, entre outros.

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica consiste na revisão de todas as fontes de conhecimento já publicadas, provenientes de fontes secundárias, como livros, periódicos, artigos, entre outros. Ambos os métodos visam fornecer ao pesquisador acesso aos temas que pretende explorar em seu estudo.

Seguindo estes princípios e atingir os objetivos determinados faz-se a revisão bibliográfica em artigos, monografias, livros e sites que discutem sobre sexualidade, gênero, educação e a importância do professor neste processo.

O aparato teórico utilizado para confecção dessa pesquisa foi encontrado através dos seguintes bancos de dados, *Scopus*, *Scispace*, *Scielo*. A busca foi realizada com uso das seguintes palavras-chaves: Políticas públicas de educação. Gênero. Sexualidade. Educação Sexual. Ensino. Legislação. BNCC. Violência Sexual. Barreiras sociais na Educação Sexual. Currículo educacional. Essas fontes bibliográficas e documentais foram fundamentais para uma análise detalhada e comprehensiva do tema da sexualidade, especialmente no contexto escolar por meio da Educação Sexual. Isso permitiu examinar a complexidade da sexualidade e destacar a importância de abordá-la, refletindo sobre o papel social, político e humano do(a) Pedagogo(a) e da escola ao incluir esse assunto em seu currículo.

A metodologia utilizada neste trabalho incluiu uma revisão abrangente sobre o tema da Educação Sexual, abordando aspectos teóricos, práticos e legislativos relevantes. A análise desses dados foi feita de forma qualitativa, identificando padrões e temas recorrentes para informar as conclusões e recomendações apresentadas.

A pesquisa também incorporou uma revisão das políticas educacionais e legais relacionadas à Educação Sexual, visando contextualizar as práticas pedagógicas dentro do quadro regulatório existente. Ao combinar abordagens teóricas e práticas, este estudo

busca oferecer insights relevantes para o papel do(a) Pedagogo(a) na promoção de uma Educação Sexual abrangente e sensível.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O abuso sexual infantil é uma forma grave de violência que afeta crianças e adolescentes em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999), o abuso sexual infantil ocorre quando uma criança se envolve em atividades sexuais que não comprehende completamente, não pode consentir devido à sua idade ou desenvolvimento, ou que viola as leis ou tabus da sociedade.

No Brasil, estima-se que menos de 10% dos casos de abuso sexual contra crianças cheguem às autoridades (Ribeiro; Ferriani; Reis, 2004), e que a maioria dos casos de violência física e abuso sexual contra crianças ocorram dentro do ambiente familiar, com cerca de 96% dos casos sendo perpetrados por pais ou familiares próximos (UNICEF, 2005).

Em 2018, o Governo do Estado de São Paulo elaborou o guia "A Escola contra o Abuso Sexual Infantil: Guia de Orientação aos Profissionais de Ensino - Identificar, Acolher e Não se Omitir". Este guia foi criado com o objetivo de orientar os profissionais da educação sobre como lidar com situações de suspeita ou revelação de abuso sexual contra crianças ou adolescentes dentro do ambiente escolar.

Para Foucault (1993), a história da sexualidade é vista como efeito produzido nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais por um dispositivo complexo:

[...] a sexualidade é o nome dado a um dispositivo histórico [...] à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles, das resistências, encadeia-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder (Foucault, 1993, p.100).

Foucault (1993) lança luz sobre a complexidade da sexualidade como um dispositivo histórico, entrelaçado com poder, saber e controle. Com o surgimento da modernidade e o desenvolvimento das ciências modernas, emerge a *scientia sexualis* – ciência sexual, que se distingue da arte erótica da antiguidade. O discurso científico, ao unir conhecimento e poder, gera efeitos de verdade. Foucault se interessa particularmente em como o poder exercido sobre a sexualidade resulta no discurso

verdadeiro sobre ela. “[...] no Ocidente trata-se do discurso científico. Foi sob este ângulo que quis abordar a sexualidade.” (Foucault, 1993, p.258).

Essa interseção entre poder e sexualidade é evidente na visão de Freud (1986) sobre a civilização, onde foi construída sobre a base da repressão da sexualidade e da canalização da energia libidinal para outras atividades artísticas e culturais, por meio do processo de sublimação. Ele afirma que “[...] a sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; e é ela que torna possível as atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas e ideológicas, desempenhando um papel tão importante na vida civilizada” (Freud, 1986, p. 118).

Isto é, os processos repressivos resultam no mal-estar na civilização, pois nem toda a libido pode ser canalizada através da sublimação. Uma parte significativa é sacrificada pela repressão, que se manifesta de forma difusa nas várias exigências do processo civilizatório, como educação, leis, regras e normas. Isso leva a um severo prejuízo da vida sexual do homem civilizado.

A análise histórica da abordagem da Educação Sexual no contexto brasileiro revela que, desde as primeiras décadas do século XX, diversos profissionais como médicos, psicólogos, educadores e até mesmo membros do clero se empenharam na investigação e divulgação, tanto no meio acadêmico quanto no público em geral, de estudos relacionados à sexualidade, sexologia e Educação Sexual (Carrara, 1997; Ribeiro, 2004).

Contudo, somente em 1996, com a promulgação da Lei Federal n. 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 2014), é que foram estabelecidos os alicerces para uma abordagem escolar mais inclusiva e diversificada. Posteriormente, em 1997, com a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, que destacaram a orientação sexual como tema transversal, buscando promover reflexões e discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do abuso sexual e gravidez indesejada (Brasil, 1998).

Mesmo que, embora os PCN tenham incentivado o debate sobre a sexualidade nas escolas, sua efetiva implementação foi limitada, evidenciando desafios diante de transformações socioculturais e políticas (Monteiro & Ribeiro, 2018).

O Plano Nacional de Educação (PNE) também abordou questões relacionadas à Educação Sexual, mas sua aplicação foi parcial e, no atual PNE (2014-2024), temas como gênero e sexualidade foram omitidos, representando um retrocesso educacional (Pino, 2017; Groff *et al.*, 2015). Essas análises ressaltam a necessidade de repensar e resgatar

políticas educacionais que promovam uma abordagem inclusiva e progressista da Educação Sexual nas escolas brasileiras.

O direito à educação é reconhecido como um dos pilares fundamentais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua participação cidadã na sociedade (Câmara, 2013; Karnopp, 2023). Por meio do processo educacional, cada indivíduo constrói sua identidade e consciência de seu papel social, fortalecendo sua capacidade de questionamento e exigência de seus direitos, bem como de ser tratado com respeito como cidadão (Amin, 2021).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não aborda explicitamente os direitos relacionados à sexualidade e à reprodução durante a adolescência em seu escopo geral. Apesar de que, seu foco principal é garantir a proteção de crianças e adolescentes contra possíveis formas de violência de natureza sexual (Jimenez; Assis; Neves; 2015).

Isso significa que, embora não trate diretamente de questões de Educação Sexual, o ECA assegura o reconhecimento dos adolescentes como detentores de direitos, incluindo a garantia de privacidade, sigilo e consentimento informado. Além disso, são garantidos o direito ao respeito, preservando a integridade física, psicológica e moral dos adolescentes, bem como a proteção de sua imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, assim como o direito à expressão e à preservação de seus espaços e objetos pessoais (Ventura *et al.*, 2013, citado por Jimenez; Assis; Neves; 2015).

Nesse contexto, a Educação Sexual emerge como um direito intrínseco de toda pessoa, permitindo o acesso a informações sobre o corpo, sexualidade e relacionamentos, e promovendo reflexões sobre tabus existentes e o desenvolvimento da afetividade (Figueiró, 2009).

Segundo Cassiavillani e Albrecht (2023), em seu artigo intitulado "Educação Sexual: Uma Análise sobre Legislação e Documentos Oficiais Brasileiros em Diferentes Contextos Políticos", as autoras realizaram uma análise abrangente dos documentos oficiais brasileiros, abordando o período de 1990 a 2018 e focando em vinte e oito deles. A pesquisa revelou que a legislação brasileira não apenas permite, mas determina a realização da Educação Sexual nas escolas.

Não obstante, a forma como essa temática é abordada nos documentos varia de acordo com os diferentes contextos políticos, podendo ser explícita, subjetiva ou até mesmo silenciada. Os ciclos de avanços e retrocessos políticos desde a redemocratização resultaram em políticas de Educação Sexual com lacunas e descontinuidades, sem a

consolidação de uma lei específica sobre o tema, o que impacta sua implementação nas escolas brasileiras.

A Educação Sexual emerge como um tema crucial dentro do ambiente escolar, demandando uma abordagem sensível e abrangente por parte dos educadores. A influência das mídias contemporâneas, muitas vezes difundindo conceitos distorcidos e superficiais sobre sexualidade, coloca em evidência a necessidade de uma intervenção pedagógica eficaz para promover um entendimento saudável e informado sobre o assunto.

Nesse sentido, os(as) Pedagogos(as) desempenham um papel fundamental como mediadores na construção do conhecimento dos alunos, oferecendo um espaço para discussão crítica e reflexiva sobre questões relacionadas à sexualidade, orientando-os no desenvolvimento de uma visão ampla e respeitosa da diversidade sexual e identidade de gênero (Ferreira; Luz, 2009).

À medida que a sociedade avança no debate sobre diversidade, incluindo questões de orientação sexual, torna-se ainda mais premente a necessidade de uma Educação Sexual inclusiva e abrangente nas escolas. Através de práticas pedagógicas intencionais e orientadas, os educadores podem desempenhar um papel significativo na promoção de uma cultura escolar que valorize o respeito, a tolerância e a compreensão da diversidade.

Além disso, é essencial que os professores sejam devidamente capacitados e preparados para abordar esses temas de forma sensível, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para que os alunos possam explorar e discutir suas dúvidas e preocupações relacionadas à sexualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável e o bem-estar integral dos estudantes (Cepesc, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao introduzirem o conceito de transversalidade, trouxeram consigo uma nova demanda, que é a preparação dos professores. Quem assumirá de fato essa responsabilidade? É notável que os professores também carregam consigo seus próprios tabus e receios ao abordar a temática da sexualidade, sendo produtos de uma formação educacional muitas vezes repressora.

As reflexões de Furlani (2008) sobre a representação da diversidade de gênero e sexualidade em materiais educacionais destacam a importância de questionar e desafiar as normas sociais estabelecidas. A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica que explore as desigualdades sociais, exponha as hegemonias e desmascare os

mecanismos históricos e políticos que perpetuam estigmas em relação àqueles considerados "diferentes" pela sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base nas reflexões apresentadas, é essencial que as políticas educacionais e a comunidade escolar como um todo reconheçam a importância da Educação Sexual e se comprometam com a criação de um ambiente escolar seguro, acolhedor e respeitoso para todos os alunos. Através de uma abordagem holística e multidisciplinar, as (os) pedagogas (os) podem desempenhar um papel fundamental na promoção do bem-estar integral dos estudantes. Assim, ao enfrentar esses desafios com compromisso, os(as) Pedagogos(as) podem transformar a Educação Sexual em uma ferramenta para o desenvolvimento humano e social.

Para tanto a presente pesquisa aponta que, é essencial que as práticas pedagógicas adotadas na escola estejam alinhadas com essa abordagem, criando espaços de reflexão, diálogo e participação ativa dos alunos. A Educação Sexual emerge como um direito e uma necessidade na formação integral dos educandos, devendo ser incorporada de forma consistente no currículo escolar ao longo de toda a vida acadêmica.

Apesar de avanços legislativos, a efetivação da Educação Sexual enfrenta desafios, incluindo a formação inadequada de educadores. É necessário que a abordagem da Educação Sexual vá além do enfoque na prevenção e promoção da saúde, reconhecendo a importância de uma visão mais ampla e inclusiva da sexualidade. A Educação Sexual pode atuar como uma ferramenta essencial na construção do conhecimento do sujeito, bem como na desconstrução e desmistificação de tabus relacionados ao tema.

A falta de investimento sobre Educação Sexual durante a formação dos(as) Pedagogos(as), causa deste modo um grande déficit em educadores que não sabem instruir de maneira adequada os educandos, e ao se deparar com a temática o sentimento é de estranheza ou até mesma repulsa, pois além dos preconceitos existente, também existe a falta de formação durante a graduação. Vale ressaltar a influência da Igreja Católica e da moral religiosa colonizadora diante o tema, pois ela causa um grande impacto na vida pessoal dos indivíduos em questão – Pedagogos(as) - provocando um atrasado significativo na implementação da Educação Sexual no Brasil.

A Educação Sexual deve ser parte consistente do currículo, com investimento em formação de professores, superando tabus e preconceitos. Diante do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes, políticas públicas e ações integradas são urgentes para assegurar um futuro seguro e digno para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Sexual é crucial para criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, o(a) Pedagogo(a) desempenha um papel vital ao promover o bem-estar dos alunos, e é fundamental que as políticas educacionais reconheçam essa importância, abordagens inclusivas e multidisciplinar são necessárias, e as práticas pedagógicas devem refletir isso, proporcionando espaços para reflexão, diálogo e participação dos alunos.

Não é apenas um direito, mas também uma necessidade para a formação integral dos educandos, e deve ser integrada de forma consistente ao currículo escolar em todos os níveis de ensino. O(a) Pedagogo(a) ao comprometer-se em enfrentar esses desafios podem transformar a Educação Sexual em uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano e social.

Este estudo visou compreender as propostas educacionais para a Educação Sexual, delineando práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Para isso, objetivou-se: compreender as perspectivas dos(as) Pedagogos(as) sobre a Educação Sexual; investigar os preconceitos e barreiras enfrentados por eles; analisar diferentes concepções teóricas e práticas sobre o tema; e descrever ações específicas para promover uma Educação Sexual abrangente e emancipatória no ambiente escolar.

Identificou-se várias lacunas na pesquisa relacionadas ao papel do(a) Pedagogo(a) frente à Educação Sexual no âmbito escolar. Uma lacuna significativa é a falta de artigos e estudos específicos que abordem o papel do(a) Pedagogo(a) de forma individualizada, sem generalizá-lo como apenas mais um(a) professor(a). Além disso, há uma carência de pesquisas que avaliem a implementação eficaz da legislação e políticas educacionais relacionadas à Educação Sexual, bem como estratégias pedagógicas para integrar essa temática de forma inclusiva e sensível no currículo escolar, especialmente na educação infantil.

Outras deficiências incluem a falta de investigação sobre o envolvimento dos pais e da comunidade nesse contexto e a necessidade de avaliar a eficácia das intervenções em

Educação Sexual lideradas pelos(as) Pedagogos(as). Portanto, sugere-se que pesquisas futuras abordem esses espaços, a fim de promover uma compreensão mais abrangente e aprofundada do papel do(a) Pedagogo(a) na promoção da Educação Sexual nas escolas.

A corporatura do(a) Pedagogo(a) carrega responsabilidade de influenciar e/ou persuadir positiva ou negativamente as crianças e adolescentes, logo se faz necessário que estes indivíduos dotados de responsabilidades e com capacidade intelectual, tenham abertura para se despir de seus prejulgamentos e amarras que os impedem de transmitir adequadamente os saberes que são além de conhecimentos, direitos da criança e do adolescente.

Isto posto, para que o(a) Pedagogo(a) possa realizar este trabalho de forma eficaz é necessário que ele quebre seus preconceitos sobre a Educação Sexual e tenha uma formação adequada e continua, e, além disso, que ele esteja preparado para enfrentar as dificuldades e as situações que ele poderá se deparar no cotidiano da vida escolar.

O(a) Pedagogo(a), então, desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura de respeito, igualdade e saúde sexual, buscando desafiar estigmas e promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diversidades.

## **REFERÊNCIAS**

BASTOS, A.; KELLER, M. **A pesquisa científica: definição e metodologia.** São Paulo: **Editora Acadêmica**, 1995. Disponível em:  
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 08 de maio de 2023.

BRASIL. 1998. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** orientação sexual. Brasília: MEC /SEF

BRASIL. 2015. **Nota Técnica n. 24/2015.** Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. 2016. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. nº 13. 10. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. p. 45.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** temas transversais, orientação sexual. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF,

1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. In: **Boletim Epidemiológico**, Volume 54, 29 fev. 2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024

CARRARA, S. L. Sexualidade e sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: notas preliminares de pesquisa. **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 113-128, 1997.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: um direito intrínseco. **Londrina: UEL**, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. Disponível em:  
[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault\\_historiadensexualidade.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadosexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 de mar de 2023.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Edição Standard. **Brasileira das obras completas**, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FURLANI, J. Mulheres só fazem amor com homens? A Educação Sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2(56) maio/ago. 2008

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **RevBrasEnferm**, 2006 mar-abr; 59, v.2, 157-62. Edição. Belo Horizonte, 2000

JIMENEZ, L.; ASSIS, D. A. D.; Neves, R. G. Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. **Saúde Debate**, 39(107), 1092-1104, 2015

KARNOPP, L. R. A educação como fenômeno e como direito e a construção da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988. In: KARNOPP, L. R.; ALMEIDA, B. R.; BRITTO, M. das G. P. de. (orgs.). **Constitucionalismo, democracia e direitos humanos**. 1. ed. Goiânia: Editora Alta Performance, 2023.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2<sup>a</sup> Edição. Belo Horizonte, 2000.

MONTEIRO, S.; RIBEIRO, P. R. **Desafios da implementação dos PCN no Brasil**. Revista de Educação, v. 24, p. 203-220, 2018. Disponível em: <http://exemplo.com/monteiro-ribeiro-2018>. Acesso em: 08 de mai de 2023.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: temas transversais, orientação sexual.**  
Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:  
MEC/SEF, 1997.

**PINO, A. Educação sexual nas políticas públicas: avanços e retrocessos.** Brasília:  
MEC, 2017. Disponível em:  
[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50189/1/2019\\_art\\_mefsilvatsambrabo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50189/1/2019_art_mefsilvatsambrabo.pdf).  
Acesso em: 20 de dez de 2023.

**RIBEIRO, M. A., FERRIANI, M. G. C., REIS, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças  
e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares.**  
Cadernos de Saúde Pública, 20, v. 2, 456-464

**VILA, M. de F.; SANTOS, S. A. dos. O papel do pedagogo e a organização do trabalho  
na escola.** Portal Educacional do Estado do Paraná (2007): 641-4.

**Capítulo 5**

**O MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES E  
REFLEXÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO**

*Iolete Martins Maia*  
*Joyce Luciane Correia Muzi*

# O MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO

**Iolete Martins Maia**

*Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede. Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail:ioletemaiasud@gmail.com*

**Joyce Luciane Correia Muzi**

*Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede. Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: joyce.muzi@ifpr.edu.br*

## **RESUMO**

Considerando que o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT) desempenha um papel fundamental na formação para o mundo do trabalho, indo além, uma vez que contribui para a desconstrução de paradigmas e a promoção de uma educação emancipatória, este artigo examina as dissertações defendidas no bojo do programa entre 2019 e 2023, que trazem como foco os estudos de gênero e raça na Educação Profissional e Tecnológica. Propõe-se, portanto, analisar a evolução temporal da produção sobre gênero e raça no ProfEPT, identificando temas, contribuições e lacunas. Trata-se de um estudo do tipo Estado do Conhecimento (EC), no qual aplicando-se a Análise de Conteúdo (AC) foram elaboradas tabelas que detalham os descritores acionados na busca e as categorias de análise definidas para a pesquisa, resultando na seleção de 06 dissertações sobre gênero e 11 sobre raça. A análise revela que as dissertações tendem a abordar separadamente as temáticas de gênero e raça, indicando a necessidade de ações integradas na perspectiva de fomento às pesquisas e estudos orientados pela interseccionalidade. Apesar dessa dicotomia, as dissertações apresentam diversidade de abordagens, incluindo tecnologia, intervenção pedagógica, sequência didática e mapeamento de oferta para públicos específicos, como mulheres em prisões. O desafio reside em promover diálogos mais profundos e interdisciplinares, visando uma compreensão mais rica das complexas inter-relações entre gênero e raça na Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Gênero. Raça. Interseccionalidade.

## **ABSTRACT**

Considering that the Professional and Technological Education Graduate Program in Network (ProfEPT) plays a fundamental role in preparing individuals for the world of work, it goes beyond this by contributing to the deconstruction of paradigms and the promotion of emancipatory education. This article examines dissertations defended within the program between 2019 and 2023, focusing on gender and race studies in Professional and Technological Education. The aim is to analyze the temporal evolution of research on gender and race in ProfEPT, identifying themes, contributions, and gaps. This study employs the State of Knowledge (SoK) approach, using Content Analysis (CA) to create tables detailing the descriptors used in the search and the analytical categories defined for the research, resulting in the selection of six dissertations on gender and eleven on race. The analysis reveals that dissertations tend to address gender and race themes separately, highlighting the need for integrated actions to foster research and studies guided by intersectionality. Despite this dichotomy, the dissertations demonstrate diverse approaches, including technology, pedagogical interventions, didactic sequences, and mapping programs for specific audiences, such as women in prisons. The challenge lies in fostering deeper and more interdisciplinary dialogues to achieve a richer understanding of the complex interrelations between gender and race in Professional and Technological Education.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Gender. Race. Intersectionality.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel crucial na formação de indivíduos para o mundo do trabalho, contudo, sua relevância vai além do aspecto técnico, estendendo-se à capacidade de promover uma visão crítica e inclusiva. No contexto brasileiro, os Institutos Federais têm se destacado nesse cenário, sendo pioneiros na oferta do Programa Nacional de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)<sup>5</sup>. Este mestrado profissional em rede reafirma o compromisso de transcender a mera preparação para o mercado, visando a desconstrução de paradigmas e a promoção de uma educação emancipatória.

---

<sup>5</sup> O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/>. Acesso em: 17/12/2023.

Ao fundamentar-se no princípio de direcionar cursos, currículos e programas ao universo do trabalho, o ProfEPT se apresenta como um catalisador de transformações no cenário educacional, reconhecendo a necessidade de ir além da simples reprodução de conhecimentos técnicos, abraçando a complexidade de uma formação que estimula a autonomia intelectual e a visão crítica dos educandos, em conformidade com o que aponta Escott:

O Programa tem como Visão, [sic] ser referência na formação em Educação Profissional e Tecnológica e na produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos educacionais que contribuam para a consolidação da formação humana integral em espaços formais e não formais no território nacional (ESCOTT, 2021, p. 06).

Neste contexto, a análise de dissertações do ProfEPT focadas em gênero e raça revela um campo predominantemente fragmentado, onde questões de gênero e raça são frequentemente abordadas separadamente. No entanto, a perspectiva interseccional, que considera as múltiplas dimensões de identidade e opressão que se entrecruzam, como raça, gênero e outras, oferece um quadro teórico essencial para compreender como essas categorias se sobrepõem e influenciam a experiência dos indivíduos na educação e no mercado de trabalho. Assis (2019) aponta que:

O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norteamericana Kimberlé Crenshaw, e inaugurado por ela em artigo publicado em 1989, Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas. [...] A autora em questão propõe seu uso como uma metodologia a ser utilizada para enfrentar as causas e efeitos da violência contra a mulher nas comunidades negras. (ASSIS, 2019, p. 19).

Constituindo-se assim uma ferramenta analítica, a interseccionalidade nos ajuda a entender como as injustiças sociais e econômicas se manifestam simultaneamente, criando diferentes níveis de exclusão e discriminação. No âmbito da EPT, a ausência de uma abordagem interseccional nas dissertações indica uma lacuna significativa no tratamento das desigualdades estruturais que afetam estudantes, trabalhadores e a sociedade como um todo, especialmente quando se trata de raça e gênero. Em consonância, a abordagem crítica sobre a educação enfatiza a necessidade de transformação do sistema de ensino, especialmente na EPT, propondo uma perspectiva decolonial que capacite indivíduos a desenvolverem uma visão de mundo própria, em vez de perpetuar o pensamento conservador das classes dominantes. Gomes (2010)

argumenta que democratizar o ensino e reconhecer uma perspectiva negra decolonial brasileira contribui para a descolonização dos currículos escolares e a promoção de conhecimentos válidos. Considerando essa premissa, a EPT não deve ser um instrumento de reprodução de estruturas dominantes, mas um agente de transformação, capacitando indivíduos a desafiar o status quo, construir suas próprias narrativas e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, conforme defende Ciavatta:

A educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda. Se, como é sobejamente conhecido, a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, ela é uma porta relevante para compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país (CIAVATTA, 2005, p. 17).

Por conseguinte, os estudos, as investigações e produtos Técnico-Tecnológicos<sup>6</sup> concebidos no ProfEPT constituem importantes materiais para o aprofundamento e reflexão crítica das questões relacionadas à educação para as relações de gênero e étnico-raciais, possibilitando encaminhamentos e oportunidades para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e otimização de objetos de aprendizagem que contribuam para o reconhecimento das contribuições de diferentes grupos para a construção da sociedade, para a promoção de ambientes educacionais inclusivos e para a formação de uma cidadania voltada para a construção de uma sociedade equitativa.

## **2. METODOLOGIA**

Este estudo de revisão bibliográfica analisa dissertações do ProfEPT publicadas entre 2019 e 2023, focando em reflexões sobre gênero e raça na EPT. O processo envolveu as seguintes etapas: definição do tema e objetivo, download das dissertações, definição dos descritores, codificação e categorização, análise e interpretação, e discussão dos resultados. Inicialmente, a pesquisa visava uma análise interseccional das dissertações para entender as inter-relações entre gênero e raça. No entanto, o descritor "INTERSECCIONALIDADE" não apresentou resultados e a análise revelou que a maioria das dissertações aborda gênero e relações étnico-raciais de forma segmentada, sem

---

<sup>6</sup> A criação de um Produto Educacional é uma das exigências da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para a conclusão dos Mestrados Profissionais.

integrar a interseccionalidade como metodologia. Apenas duas dissertações sugeriram um diálogo interdisciplinar, mas não adotaram a interseccionalidade como instrumento analítico.

Diante dessa realidade, o estudo optou por abandonar temporariamente algumas categorias de análise e focar em categorias mais flexíveis, todavia mantendo o rigor conceitual. O recorte temporal deste estudo foi definido a partir da data inaugural do programa ProfEPT, que teve início em 2017, sendo que as primeiras defesas aconteceram em 2019. Com a intenção de descrever aspectos gerais, identificar similaridades, distinções, temas predominantes e estabelecer relações entre os conteúdos selecionados, optou-se pela metodologia de análise de conteúdo, que segundo Carlomagno e Rocha (2016, p. 175) tem como objetivo classificar e categorizar diversos tipos de conteúdo, simplificando suas características para elementos essenciais, possibilitando a comparação com uma série de outros elementos.

A busca dos materiais bibliográficos foi realizada no repositório do Observatório<sup>7</sup>, site onde são depositadas as dissertações e Produtos Educacionais (PE) do ProfEPT, nos dias 20 e 21/10/2023, obtendo-se os seguintes resultados:

Tabela 1 – Resultado da busca no site do Observatório<sup>8</sup>ProfEPT.

Descritores	Dissertações Encontradas	Dissertações Selecionadas
INTERSECCIONALIDADE	0	0
RELACIONES DE GÊNERO	04	01
GÊNERO	45	05
MULHERES	23	02
FEMINISMO	02	00
RELACIONES ÉTNICO-RACIAIS	05	05
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	00	01
LETRAMENTO RACIAL	01	01
QUILOMBO	03	01
AFRO	07	04
RAÇA	135	00
NEGROS	03	01

<sup>7</sup> 4 Ver: <https://obsprofept.midi.upt.ifmt.edu.br/>

<sup>8</sup> O Observatório tem como principal objetivo o mapeamento das áreas de pesquisa, perfis de professores e elaboração de indicadores de pesquisa. O Observatório faz parte do Grupo de Pesquisa em Mineração de Dados e Imagens (MiDI) do IFMT Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. As estatísticas são realizadas usando o currículo Lattes dos professores permanentes das instituições pesquisadas. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.ifmt.edu.br/>. Acesso em 17/12/2023.

No percurso metodológico desta pesquisa realizou-se a sistematização e categorização dos dados, elaborando assim três tabelas distintas — a Tabela 1 apresentando detalhes da busca no Observatório ProfEPT, destacando os principais descritores utilizados, o número de dissertações encontradas por descritor e o número de dissertações selecionadas para análise e as Tabelas 2 e 3 apresentando categorias formuladas a partir das análises dos quadros 1 e 2, que trazem unidades de contexto retiradas das dissertações selecionadas relacionadas aos temas de gênero (DG) e raça (DR), respectivamente.

A seleção criteriosa das dissertações para análise envolveu a escolha de 06 trabalhos relacionados ao tema gênero e 11 relacionados ao tema raça, com critérios específicos para cada categoria. No contexto de gênero, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: I. Dissertações depositadas no Observatório do ProfEPT no período de 2019 a 2023; II. Dissertações cujo título ou objetivo geral apresenta enfoque na desconstrução de estereótipos de gênero na Educação Profissional e Tecnológica; III. Dissertações cujo título ou o objetivo geral revele abordagem em relação à formação docente e/ou formação discente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, em uma perspectiva de formação omnilateral e holística. Foram excluídas as dissertações com foco em diversidade sexual e sexualidade.

Quanto às dissertações selecionadas para o tema raça, os critérios de inclusão foram: I. Dissertações depositadas no Observatório do ProfEPT no período de 2019 a 2023; II. Dissertações cujo título ou objetivo geral discorre sobre a educação para as relações étnico-raciais e a produção de um currículo antirracista no cenário da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, foram excluídos trabalhos que discorriam sobre cotas, acesso e permanência de estudantes negros, imigração e outros temas não alinhados aos critérios de inclusão previamente estabelecidos<sup>9</sup>.

A organização e nomenclatura das tabelas proporcionam clareza na apresentação dos dados, facilitando a análise e interpretação dos resultados. Esse rigor metodológico assegura a consistência e confiabilidade dos achados, contribuindo para uma abordagem precisa e focada nas dimensões específicas de gênero e raça no contexto da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do ProfEPT.

A pesquisa identificou 62 dissertações no total: 44 sobre gênero e 18 sobre raça.

---

<sup>9</sup> Todas as dissertações citadas neste trabalho estão disponíveis no site do Observatório do ProfEPT.

No tema gênero, "MULHERES" resultou em 23 dissertações, "RELAÇÕES DE GÊNERO" em 04, "FEMINISMO" em 02, e "GÊNERO" em 45, das quais 20 abordavam gêneros literários. Para raça, "RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS" resultou em 05 dissertações, "EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA" em 02, e "LETRAMENTO RACIAL" em 01. "QUILOMBO" resultou em 03 dissertações, "AFRO" em 07, e "NEGROS" em 03. "RAÇA" apresentou 135 dissertações, mas apenas duas eram pertinentes ao tema (as demais envolviam termos como colabORAÇÃo, integRAÇÃo e administRAÇÃo), enquanto "INTERSECCIONALIDADE" não retornou resultados.

As divergências entre os números da Tabelas 1 e as informações nos Quadros 1 e 2 são explicadas pela sobreposição de descritores, evidenciando a necessidade de refinar os descritores para evitar distorções e assegurar uma análise precisa da produção acadêmica sobre gênero e raça nas dissertações do ProfEPT.

### **3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Sobre a análise de conteúdo, consiste em uma metodologia que envolve uma abordagem sistemática para examinar e interpretar o significado de um conjunto de dados textuais. Os passos essenciais desse processo incluem a pré-análise, na qual se realiza uma imersão inicial nos dados para identificar conceitos-chave; a codificação, durante a qual categorias são criadas para organizar os elementos significativos; a categorização, que agrupa os códigos relacionados para formar temas mais amplos; e a interpretação, momento em que os resultados são contextualizados e associados ao contexto geral da pesquisa (BARDIN, 2016).

Cumpriram-se as três missões da primeira fase: "*A escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final*" (BARDIN, 2016). Após a leitura flutuante que levou à reformulação do objetivo da pesquisa, seguiu-se à seleção e filtragem das dissertações que seriam analisadas.

Na fase de exploração do material ocorreu a codificação, utilizando-se como critério o agrupamento das dissertações por ordem temática, resultando na produção dos quadros 1 e 2, optando-se por trabalhar com as seguintes unidades de contexto: Dissertação com o tema Gênero (DG); Dissertação com o tema Raça (DR); Autoria; Objetivo Geral; Palavras-Chave; Ano de defesa da dissertação (Ano); Instituição Federal

ao qual o autor ou autora e seu trabalho vinculam-se (IF). Esses dados foram condensados para facilitar a interpretação, mesmo sabendo que: “*Ao se condensar os dados, perde-se informação, pois não se têm as observações originais. Entretanto, esta perda de informação é pequena se comparada ao ganho que se tem com a clareza da interpretação proporcionada*” (REIS, 2002, p. 05). Dessa forma, os riscos foram assumidos em relação à perspectiva dos benefícios.

A caracterização em relação à produção sobre gênero no ProfEPT que foi selecionada para esse estudo, encontra-se representada no **Quadro 1**:

Quadro 1 – Levantamento no banco de dissertações do Observatório ProfEPT (Gênero)

Dissertação	Autor	Objetivo geral	Palavras-Chave	Ano	IF
DG01	SANTOS, Ieda Fraga.	Desenvolver um aplicativo mobile (App) para Sistema Operacional Android em forma de ferramenta educacional/tecnológica (jogo educacional), no qual as/os estudantes possam por meio do jogo desconstruir estereótipos de gênero presentes nos contextos científicos e tecnológicos bem como no mundo do trabalho.	Educação Profissional. Relações de Gênero. Equidade. Jogo Digital.	2019	IFS
DG02	PERONIO, Roni de Mello.	Elaborar o material de apoio que vise problematizar a divisão sexual do trabalho com o intuito de desenvolver um olhar crítico, sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, dos discentes do curso Técnico em Informática Integrado do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica Farroupilha, campus Alegrete -RS.	Intervenção Pedagógica, Igualdade de Gênero, Mundo do Trabalho.	2020	IFFarroup
DG03	CASTRO. Juliana de Carvalho.	Desenvolver, a partir de uma visão crítica e consubstancial da temática, a abordagem de questões de gênero na formação de docentes em um Curso Técnico de Formação de Professores/as em nível Médio de uma escola privada	Educação Profissional e Tecnológica; Estudos de Gênero; Formação de Professores em nível Médio Técnico.	2021	IFRJ

		do Município do Rio de Janeiro.			
DG04	SANTOS, Lindinalva da Silva.	Investigar a presença do tema gênero na formação profissional técnica de nível médio, a partir de dois cursos subsequentes ofertados na forma subsequente, nos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde (Curso/Área A) e Gestão e Negócios (Curso/Área B) em um Campus do Instituto Federal de Alagoas situado (Ifal) na região metropolitana de Maceió -AL.	Gênero; Trabalho Educativo; Educação Profissional e Tecnológica; Cursos Técnicos Subsequentes; Ensino.	2022	IFAL
DG05	TEIXEIRA, Michele Rodrigues.	Investigar a criação e aplicação de uma sequência didática, pautada em elementos de histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos, voltada aos estudantes do Ensino Médio Integrado, visando fomentar o debate sobre gênero e sexualidade e gerar aprendizagens que, além de contribuírem para a formação integral, a motivação e o interesse em relação à temática, possam promover a aproximação desta discussão aos interesses e ao universo cultural dos estudantes.	Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica; Gênero; Sexualidade; Histórias em Quadrinhos; Jogos Eletrônicos.	2021	IFSP
DG06	SPINDOLA, Fernanda da Silva.	Apresentar mapeamento de oferta de educação profissional oferecida às internas do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP) e da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG), e propor através de um relatório, a oferta de cursos profissionais que contemplem as reais necessidades destas mulheres, quando em liberdade.	Educação Profissional. Sistema Prisional. Presídios Femininos.	2023	IFSul

As dissertações do Quadro 1 abordam desde a desconstrução de estereótipos até a formação docente e inclusão de gênero na educação profissional, explorando ainda questões como tecnologia, intervenção pedagógica, sequência didática e mapeamento de oferta para públicos específicos, como mulheres em prisões. A interdisciplinaridade é evidente, com cada dissertação contribuindo de maneira única para entender as dinâmicas das relações de gênero. Quanto às produções do ProfEPT sobre o tema raça, estão dispostas no **Quadro 2**, abaixo:

Quadro 2 – Levantamento no banco de dissertações do Observatório ProfEPT (Raça)

Dissertação	Autor	Objetivo Geral	Palavras-Chave	Ano	IF
DR01	BERTUANI, Adeylson Lichtenheld Craus.	Contribuir ao desenvolvimento, à aplicação e à validação de práticas pedagógicas integradas em ERER na educação profissional e tecnológica de nível médio que possam ser trabalhadas e ressignificadas em outros contextos educacionais.	Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Educação das Relações Étnico-Raciais. Integração curricular. Formação Humana Integral.	2022	IFES
DR02	MENEZES, Germano de Oliveira.	Refletir sobre a necessidade de novas ações em âmbito institucional, que promovam uma reeducação para as relações étnico-raciais.	Racismo. Educação étnico-racial. Produto educacional. Currículo integrado.	2020	IFSUDESTE MG
DR03	CAIXETA, Mariana Rosa.	Difundir o conhecimento da História Educacional do negro, desde a chegada do africano em solo brasileiro, período compreendido pela escravidão, até os tempos atuais.	Educação para as relações étnico-raciais. Pedagogia inclusiva. Inovação educacional. Igualdade. Educação antirracista.	2020	IFTM
DR04	LUZ, Jussiane Ribeiro da.	Analizar a presença da história e da cultura Afro-brasileira, definida pela Lei n. 10639 (BRASIL, 2003), no currículo dos cursos de nível médio integrados à Educação Profissional, tomando como base uma instituição da rede, o IFSC - Joinville.	Ensino Médio Integrado. Educação Profissional e Tecnológica. Lei 10.639/2003. Relações étnico-raciais.	2023	IFSC
DR05	SILVA, Marcell.	Identificar, por meio da atuação dos NEABIs no âmbito do IFSul, em que medida a Educação para as Relações ÉtnicoRaciais pode	Educação para Relações Étnico-Raciais; NEABI; Lei n.º 10.639/03; Igualdade racial;	2023	IFSul

		ser promovida na Instituição.	Combate ao racismo.		
DR06	OLIVEIRA, Helder.	Promover a escuta de juventudes negras, no contexto da EPT, a fim de produzir subsídios teóricos e metodológicos na luta contra o racismo estrutural.	Juventudes Negras. Racismo Estrutural. Educação Profissional e Tecnológica. Letramento Racial.	2023	IFRS
DR07	ALVES, Diego dos Santos.	Investigar o lugar da memória quilombola na memória coletiva da comunidade do Alto do Tamanduá e nos currículos oficiais do Ensino Médio Integrado do Ifal - Campus Santana do Ipanema, para, em seguida, produzir vídeo educativo que contribua para a oferta da formação integrada, politécnica e omnilateral.	Curriculum. Formação integrada. Memória. Ensino Médio Integrado. História Quilombola.	2021	IFAL
DR08	SOUSA, Augusto Rodrigues de.	Contribuir para a implementação do princípio de consideração da diversidade étnico-racial a partir de um processo coletivo de pesquisa e produção de conhecimento no qual os alunos se sintam ativamente participantes e representados nas temáticas abordadas.	Afrocentricidade. Pluriversalidade. Politecnia. Estratégias de Ensino.	2020	IFRO
DR09	PEREIRA, Cassia Maria de Sousa.	Contribuir com ações pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira, enquanto base de saber relevante para formulação de um currículo que contemple e que integre nas disciplinas curriculares, no ensino e na aprendizagem práticas afro-brasileiras com vistas à formação geral do público estudantil da 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do campus Araguatins - IFTO.	Cultura afro-brasileira. Educação intercultural. Currículo integrado	2023	IFTO
DR10	SALVINO, Ane Kelly Severino.	Descrever os aspectos históricos e as possibilidades do ensino escolar da capoeira como estratégia para a abordagem da história e cultura afro-brasileira.	Cultura Corporal de Movimento. Cultura Afro-brasileira. Identidade Nacional. Ensino-Aprendizagem. Educação.	2023	IFAC

DR11	SOARES, Anderson Novais.	Investigar como o ensino de conteúdo relacionado à literatura afro-brasileira tem se efetivado nas aulas destinadas aos estudos literários dos cursos técnicos integrados do Campus Rio Pomba do IF Sudeste MG, por meio de entrevistas realizadas com os professores de Língua Portuguesa e Literatura que tenham lecionado nesses cursos no ano de 2019.	Exclusão. Currículo. Ensino Integrado. Produto Educacional.	2020	IFSUDESTE MG
------	--------------------------	--	---	------	--------------

Na fase de interpretação dos dados, os resultados foram examinados por meio de inferência, pois buscou-se, durante todas as fases da análise dos conteúdos selecionados, identificar temas, conjuntos, signos, similaridades, distinções, temas predominantes, variáveis e/ou outras identificações passíveis de descrição e que revelassem significados e/ou gerassem novos conhecimentos. Seguiram-se assim esses passos, com o propósito de obter uma compreensão aprofundada e fundamentada do material investigado.

A interpretação dos dados dos Quadros 1 e 2 resultou na elaboração das tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Categorias e Unidades de Significação das Dissertações sobre Estudos de Gênero na EPT

Categoria	Unidade de Significação	Dissertações
Enfoque Tecnológico	o Desenvolvimento de Aplicativos e Jogos	DG01
	Sequência Didática utilizando Histórias em Quadrinhos e Jogos Eletrônicos	DG05
Desigualdade de Gênero	Elaborar material pedagógico problematizando a divisão sexual do trabalho e consequente desigualdade de gênero no mundo do trabalho	DG02
Formação Docente e Estudos de Gênero	Abordagem de Gênero na Formação de Docentes	DG03
	Investigação da Inclusão do Tema Gênero em Cursos Técnicos Profissionais	DG04
Reintegração Social	Oferta de educação profissional às internas do Presídio Feminino Madre Pelletier	DG04

Tabela 3 – Categorias e Unidades de Significação das Dissertações sobre Raça na EPT.

Categoría	Unidade de Significação	Dissertações
Promoção da Equidade Racial e Conscientização Institucional	Desenvolvimento e Validação de Práticas Pedagógicas Integradas em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)	DR01
	Necessidade de Novas Ações Institucionais para Reeducação das Relações Étnico-Raciais	DR02
	Difusão do Conhecimento da História Educacional do Negro e sua Relevância	DR03
	Promoção da Educação para Relações Étnico-Raciais através dos NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas)	DR05
Integração da Cultura Afro-brasileira nos Currículos e Formação Integral	Análise da Presença da História e Cultura Afro-brasileira no Currículo de Cursos Técnicos	DR04
	Escuta de Juventudes Negras e Subsídios Teóricos e Metodológicos na Luta contra o Racismo Estrutural	DR06
	Implementação do Princípio da Diversidade Étnico-Racial	DR08
Valorização da Cultura Afro-brasileira	Ações Pedagógicas de Valorização da Cultura Afro-brasileira e Integração no Currículo	DR09
	Ensino Escolar da Capoeira como Estratégia para a Abordagem da História e Cultura Afro-brasileira	DR10
	Ensino da Literatura Afro-brasileira em Cursos Técnicos	DR11

A interpretação dos dados das Tabelas 2 e 3 revela conexões importantes: DG01 e DR02 visam desconstruir estereótipos e promover a equidade de gênero e étnico-racial; DG02 e DR01 focam em intervenções pedagógicas para abordar a divisão sexual do trabalho e integrar práticas nas relações étnico-raciais; DG06 e DR07 implicam uma perspectiva interseccional, onde DG06 mapeia a oferta de educação em presídios femininos, entrelaçando raça, classe e gênero, enquanto DR07 explora a memória coletiva quilombola, considerando as manifestações de gênero nessa memória.

Em uma interpretação geral dos dados, evidencia-se uma diversidade de abordagens com as dissertações abrangendo diferentes perspectivas, desde a desconstrução de estereótipos até a formação docente e a inclusão de gênero e educação para as relações étnico-raciais no contexto da EPT.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa em questão inicialmente previa explorar uma perspectiva teórico-metodológica pautada na interseccionalidade ao analisar dissertações publicadas e depositadas no Observatório do ProfEPT, pois entende-se que a interseccionalidade, enquanto abordagem crítica, visa compreender as interações complexas entre diversas dimensões de identidade, como gênero, raça, classe social, entre outras. No entanto, a sistematização, categorização e análise dos dados revelaram um cenário distinto.

As dissertações analisadas, em sua maioria, direcionam seu foco predominantemente para a abordagem de questões de gênero ou de raça, estabelecendo um padrão que se alinha mais à segmentação temática do que à integração interseccional. As unidades de contextos das dissertações selecionadas evidenciam uma divisão nítida entre as temáticas de gênero e relações étnico-raciais. De forma decepcionante, apenas duas dissertações apresentaram indícios de um diálogo interdisciplinar, embora não tenham incorporado a interseccionalidade como um instrumento metodológico.

Diante dessa constatação, emerge a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender as razões por trás dessa tendência observada nas dissertações do ProfEPT, o que sugere a necessidade de repensar as estratégias de integração interseccional. Além disso, é de fundamental importância explorar as implicações dessa abordagem temática singular na compreensão das complexas dinâmicas sociais presentes na Educação Profissional e Tecnológica.

Ao considerar os dados já disponíveis e aprofundar a análise, torna-se possível não apenas documentar o estado atual das dissertações no ProfEPT, mas também lançar luz sobre a ausência da interseccionalidade como estratégia metodológica e as possíveis implicações dessa lacuna na abordagem das desigualdades e diversidades no contexto educacional.

O desafio reside em superar a dicotomia temática observada, promovendo diálogos mais profundos e interdisciplinares. A diversidade de abordagens encontradas nas dissertações analisadas oferece um panorama rico, mas a busca por uma perspectiva interseccional pode enriquecer ainda mais a compreensão das complexas inter-relações entre gênero e raça.

Em relação às limitações dessa pesquisa, cita-se o fato de que todos os dados analisados foram obtidos exclusivamente no repositório do Observatório, reduzindo a

abrangência e profundidade da investigação. Assim, com o intuito de mitigar essas limitações e otimizar a pesquisa, considera-se a possibilidade de expandir a consulta a outros bancos de dados pertinentes ao contexto, proporcionando uma visão mais acentuada das dinâmicas relacionadas aos temas gênero e raça no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo significativamente para a generalização dos resultados e fortalecimento dos alicerces da pesquisa.

Em síntese, a contribuição desta revisão bibliográfica reside na compreensão mais aprofundada das produções acadêmicas sobre gênero e raça no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, indicando caminhos para futuras pesquisas e aprimoramento das análises interseccionais.

## **REFERÊNCIAS**

- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- ESCOTT, Clarice M. et al. **Planejamento estratégico ProfEPT**: quadriênio 2022 – 2025. 1. ed. Vitória, ES: ProfEPT/NAPE, 2021. Disponível em: [https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma2021/AutoAvalia%C3%A7%C3%A3o/Documentos/Planejamento\\_Estrat%C3%A9gico22-25.pdf](https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma2021/AutoAvalia%C3%A7%C3%A3o/Documentos/Planejamento_Estrat%C3%A9gico22-25.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.
- GOMES, Nilma L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *Epistemologias do Sul* [online]. 2010, p. 492-516.
- REIS, Edna Afonso. Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 1. ed. jun. 2002. Disponível em: [www.est.ufmg.br](http://www.est.ufmg.br). Acesso em: 20 out. 2023.

## **AUTORES**

**Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano - PI, allanfigueiredo.prof@gmail.com;

**Camila dos Santos Cunha**

Psicóloga, Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, camila.cunha@aluno.ufr.edu.br.

**Eldon Henrique Mühl**

Professor orientador: Doutor em Educação - UPF/RS, eldon@upf.br.

**George de Moraes De Luiz**

Professor Orientador, Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br.

**Hávila Francisca Ferreira da Costa**

Graduada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, havilafcostta@gmail.com;

**Iolete Martins Maia**

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede. Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail:ioletemaiasud@gmail.com

**Joyce Luciane Correia Muzi**

Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede. Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: joyce.muzi@ifpr.edu.br

**Marisete Tramontina Beltrame**

Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF/RS, 102571@upf.br;

**Robison Raimundo Silva Pereira**

Professor orientador: Mestre em Ciências Sociais, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano – PI, robisonp15@gmail.com

**Sara Monteiro da Silva**

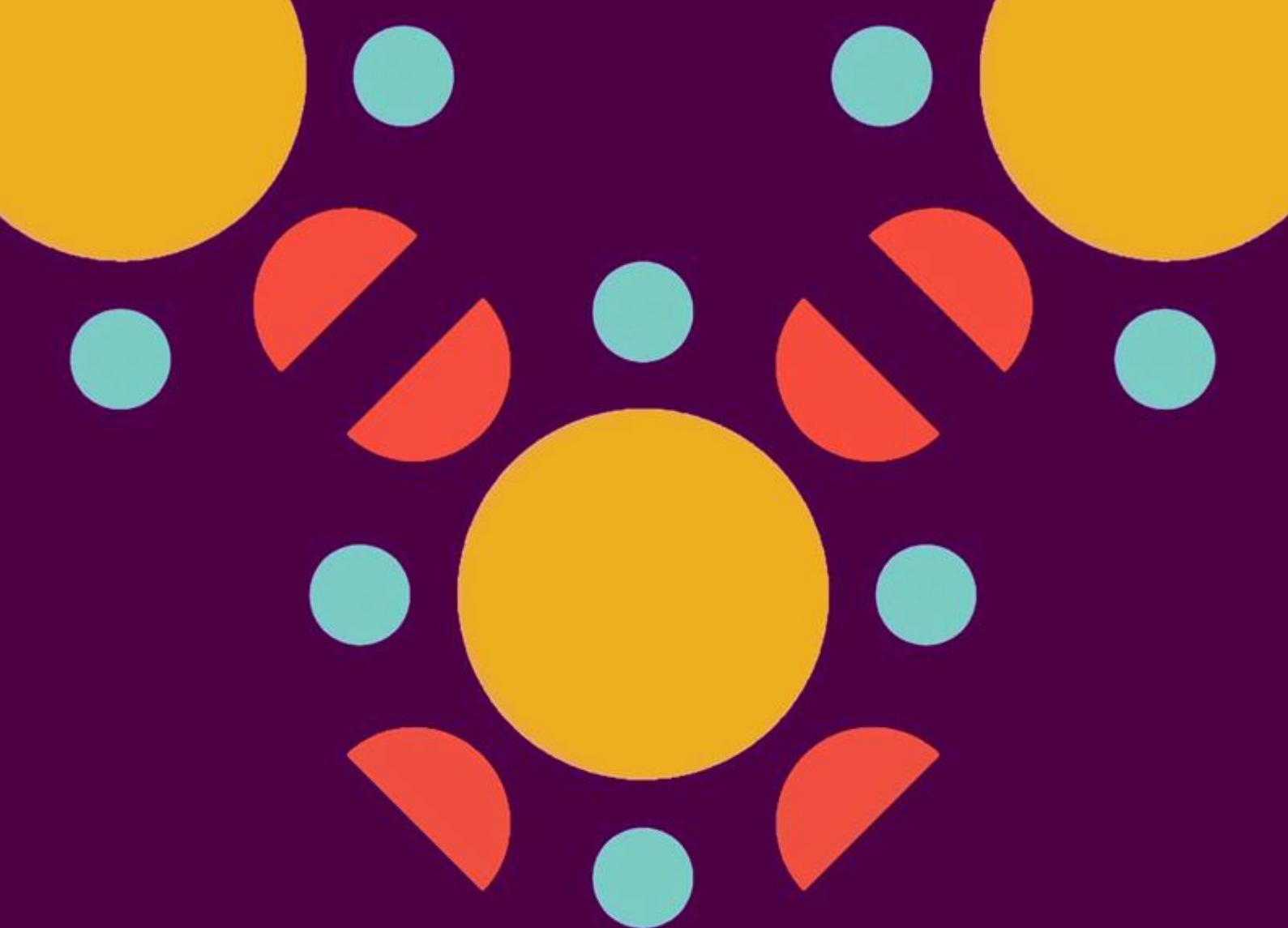
Estagiária de Ginástica Rítmica e Graduanda de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sara.montsilva@gmail.com

**Thaya Pereira**

Educadora de Ginástica Rítmica, Graduada em Educação Física pela Universidade Castelo Branco-UCB e Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP, thaya.gr@gmail.com

**Vanessa Salete Bicigo de Quadros**

Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF/RS, vanessa.sbv3@gmail.com;



**Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação** é uma obra que mergulha nas complexidades da identidade de gênero e na jornada de autodescoberta. Através de relatos inspiradores e reflexões profundas, o livro explora os desafios enfrentados por pessoas que desafiam normas impostas pela sociedade, mostrando como a aceitação e a autenticidade podem transformar vidas.

Com uma abordagem sensível e informativa, a obra discute a importância da representatividade, do respeito e da inclusão em diferentes contextos. Mais do que um livro, Quebrando Barreiras é um convite à empatia e à compreensão, incentivando leitores a desconstruírem preconceitos e a celebrarem a diversidade.

  
*Editora*  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492123-7



9 786554 921237